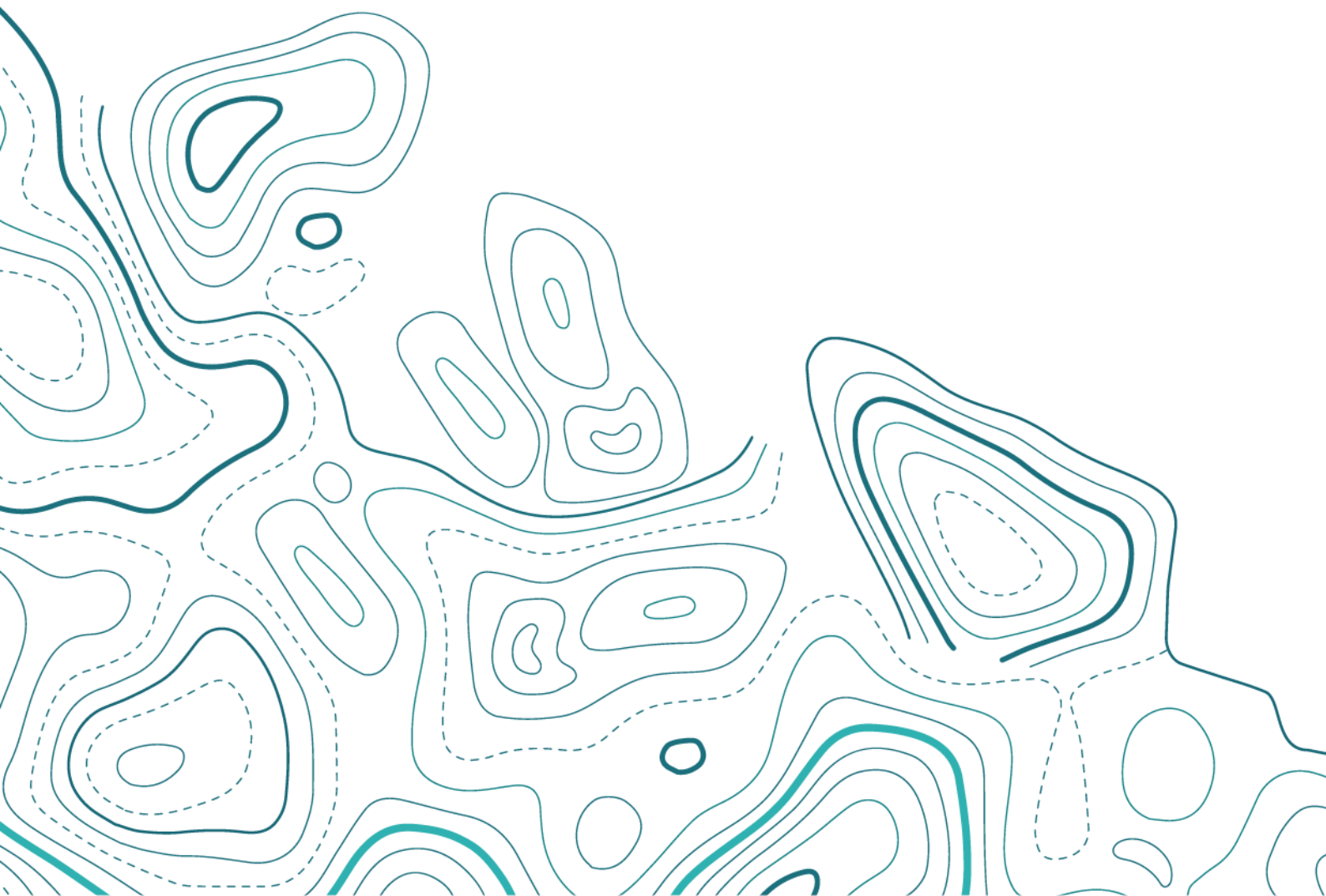


# turning blue

## Guia para uma Carreira Azul



## Guia Turning Blue para uma Carreira Azul

Deliverable nº 3 | D2.1, WP 2

### **Autores:**

Heloisa Becker

Ana Rita Pires

Claire Machan


*IPS\_Innovative Prison Systems*

### **Contribuições:**

Consórcio Turning Blue

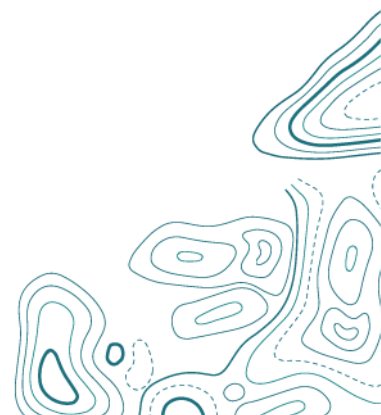
 <https://turning-blue.org/>

 <https://www.facebook.com/TurningBlueProject/>

 <https://www.instagram.com/turningblueproject/>

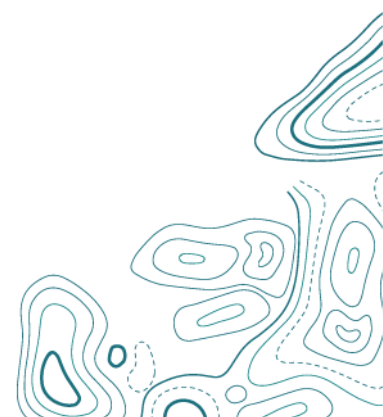
 <https://www.linkedin.com/company/turning-blue/>

junho de 2024



# Índice

<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>1</b>
ABORDAGEM METODOLÓGICA .....	1
<b>DEFININDO A ECONOMIA AZUL .....</b>	<b>4</b>
O QUE É A ECONOMIA AZUL? .....	5
SETORES DA ECONOMIA AZUL .....	7
AVALIAÇÃO DO MERCADO DA ECONOMIA AZUL .....	12
<i>Contextos Nacionais</i> .....	12
QUADROS LEGAIS E REGULADORES .....	16
<i>Nível Internacional</i> .....	16
<i>Nível Europeu</i> .....	17
<i>Nível Nacional</i> .....	20
<b>JOVENS ENVOLVIDOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA E A ECONOMIA AZUL .....</b>	<b>22</b>
DESBLOQUEAR O POTENCIAL DOS JOVENS PARA COLMATAR AS LACUNAS DE EMPREGO NA ECONOMIA AZUL .....	23
DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO: JOVENS ENVOLVIDOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA .....	24
<i>Grupos Etários</i> .....	25
<i>Níveis de Literacia e Experiência Profissional</i> .....	26
<i>Oportunidades de Educação e Formação existentes nas Instituições de Justiça Juvenil</i> .....	27
<b>PERFIS DE COMPETÊNCIAS .....</b>	<b>30</b>
<b>TURNING BLUE .....</b>	<b>30</b>
PERFIS DE COMPETÊNCIAS TURNING BLUE .....	32
COMPETÊNCIAS E APTIDÕES GERAIS PARA UMA CARREIRA AZUL .....	33
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS .....	34
.....	34
<i>Pesca e Aquicultura</i> .....	34
<i>Serviços Marítimos e Turismo</i> .....	36
<i>Transporte Marítimo</i> .....	37
<i>Trabalho Portuário</i> .....	39
OBSERVAÇÕES FINAIS .....	41
<b>GUIA TURNING BLUE .....</b>	<b>42</b>
POTENCIAIS SETORES DE EMPREGO .....	43
<i>Carreiras Azuis Atrativas para os Jovens</i> .....	43
GUIA TURNING BLUE PARA UMA CARREIRA AZUL .....	46
<i>Recomendações para uma Implementação Bem-sucedida do Guia</i> .....	47
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>48</b>

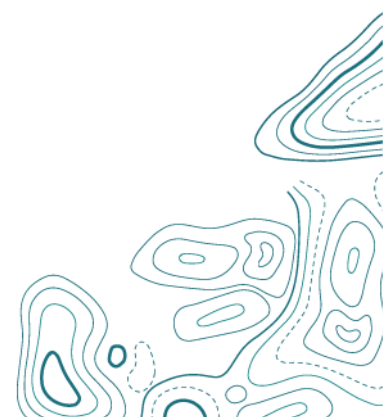


## Índice de figuras

Figura 1. Contribuição da economia azul para a economia global da UE (Relatório de 2024 sobre a economia azul na UE).....	5
Figura 2. Contribuição nacional para a Economia Azul da UE, percentagem (UE28 = 100%) em termos de emprego e VAB (Relatório de 2024 sobre a Economia Azul da UE).....	6
Figura 3. Setores estabelecidos da Economia Azul (a azul), setores emergentes (a verde) e facilitadores (a laranja) (Natacha & Guillen, 2018) .....	7
Figura 4. Panorama das estatísticas de encarceramento de jovens em Portugal, Países Baixos, Itália, Chipre e Roménia.....	25
Figura 5. Perfis de competências a azul para os 4 setores-chave identificados .....	32
Figura 6. Guia Turning Blue para uma Carreira Azul.....	46

## Índice de quadros

Tabela 1. Resumo dos resultados das sessões de consulta por país.....	3
Tabela 2. Uma lista dos diferentes setores da EA: setor, definição e empregos potenciais .....	11
Tabela 3. A Economia Azul assinalada nos cinco países analisados.....	15



## Prefácio

A **iniciativa Turning Blue (Integrating Young Offenders Through the Blue Economy)** (EMFAF-2023-BlueCareers) tem como objetivo criar novos mecanismos de cooperação e materiais de formação sobre a **Economia Azul (EA) sustentável para inspirar e envolver jovens desfavorecidos em conflito com a lei** (entre os 16 e os 30 anos de idade) a seguir uma **"carreira azul"** sustentável num dos setores da EA. Para este fim, a iniciativa reuniu 9 parceiros de 5 países da União Europeia (UE), especificamente:

- Aproximar - Cooperativa de Solidariedade Social, Portugal (Coordenador)
- IPS\_Innovative Prison Systems, por Qualify Just, Portugal
- Stichting Prosea Marine Education, Países Baixos
- Pelagic Freezer Trawler Association, Países Baixos
- Click F1, Países Baixos
- Stichting 180, Países Baixos
- Asociația European Association for Social Innovation, Roménia
- Magnetar Ltd, Chipre
- IRFIP - Istituto Religioso di Formazione e Istruzione Professionale, Itália

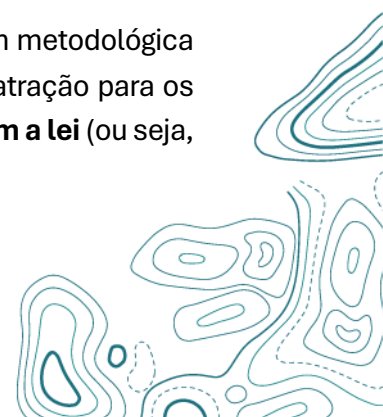
O presente relatório, **Integrar os Jovens em Conflito com a Lei através da Economia Azul - Um Guia para uma "Carreira Azul"**, visa definir uma imagem clara dos setores da EA que podem ser atrativos para o grupo-alvo da iniciativa, e definir os perfis de competências-chave "Turning Blue" para uma carreira na EA. O principal objetivo será desenvolver um guia com recomendações adaptadas às necessidades dos grupos-alvo.

Os seus **objetivos específicos** são:

- Identificar os setores-chave da EA com um elevado potencial para empregar jovens com menos oportunidades (normalmente jovens pouco qualificados, mas não só);
- Identificar o perfil necessário (conhecimentos e competências) para operar nos setores selecionados da EA;
- Formular recomendações para a adaptação do percurso profissional às necessidades individuais dos jovens em conflito com a lei e aos contextos locais (o Guia "Turning Blue").

## Abordagem metodológica

No âmbito da iniciativa Turning Blue, o Consórcio empreendeu uma abordagem metodológica mista abrangente para identificar os setores da EA com elevado potencial de atração para os jovens desfavorecidos, com oportunidades limitadas, que estão em **conflito com a lei** (ou seja,



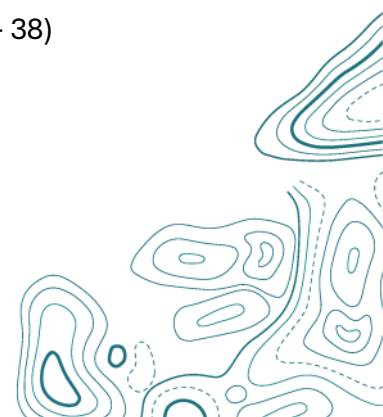
jovens, normalmente com menos de 18 anos, que cometeram infrações consideradas ilegais ao abrigo do direito penal). O objetivo principal foi determinar quais os setores da EA que têm um elevado potencial para empregar estes jovens. Inicialmente, o Consórcio **identificou e definiu os setores da EA**, que incluíam: aquicultura, indústria de transformação de peixe, pescas, portos, armazéns e iniciativas aquáticos, construção e reparação naval, turismo costeiro, extração marinha de petróleo e gás, transporte marítimo, dessalinização, proteção costeira e ambiental, energia eólica *offshore*, energia oceânica e biotecnologia da bioeconomia azul (ver páginas 7 a 11).

Após a identificação destes setores, cada parceiro realizou uma extensa pesquisa documental para **mapear o mercado nacional de EA, em Portugal, Países Baixos, Roménia, Chipre e Itália**. Este processo envolveu uma análise detalhada de relatórios, artigos e bases de dados existentes para identificar as principais partes interessadas e organizações a nível local, regional e nacional com um conhecimento profundo das ofertas de emprego adequadas aos jovens em conflito com a lei. Para melhorar a pesquisa documental, foram realizadas **entrevistas específicas e sessões de consulta** para identificar profissões e oportunidades específicas de EA que respondam ao público-alvo da iniciativa. Para este efeito, o Consórcio realizou 2 sessões de consulta com pelo menos 20 intervenientes nacionais e locais da EA em cada sessão. Estas sessões foram realizadas presencialmente em Portugal e nos Países Baixos, e online nos outros países parceiros. O principal objetivo foi validar os dados recolhidos e reunir informações sobre os potenciais percursos de carreira na EA com especialistas do setor, potenciais empregadores e outras partes interessadas.

O Quadro 1 apresenta um resumo dos resultados das **sessões de consulta** para cada país, centrando-se nos potenciais empregadores/partes interessadas (para posterior utilidade da iniciativa), nos principais setores com maiores possibilidades de empregabilidade dos jovens em conflito com a lei e na disponibilidade das partes interessadas em participarem na iniciativa.

Além disso, como parte da abordagem metodológica da iniciativa, os parceiros organizaram **reuniões** com seis organizações de empregadores da EA (identificadas nas sessões de consulta) como potenciais fontes de oportunidades de emprego para o grupo-alvo. Estas reuniões foram cruciais para validar e apoiar as informações recolhidas durante as sessões de consulta.

Através destes compromissos, foram também recolhidos dados abrangentes para analisar e identificar os conhecimentos e as competências necessárias para que os jovens em conflito com a lei tenham sucesso no setor da EA. Esta análise foi fundamental para a definição dos perfis de competência Turning Blue para as carreiras no setor da EA (ver pp. 29 - 38)



País	Potenciais empregadores/partes interessadas relevantes	Principais Setores	Disponibilidade para Participar
<b>Portugal</b>	Direção-Geral de Política Marítima, Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Fundação Oceano Azul, ForMar - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar, entre outros.	Pesca, aquicultura marinha, transformação e comercialização dos seus produtos; portos, transporte marítimo e logística, e construção, manutenção e reparação naval.	"Acima de tudo, valorizamos a experiência e a integridade da pessoa."  *O trabalho em rede está em curso.
<b>Países Baixos</b>	Melissant en Zonen, Loodswezen, Firda, Havenbedrijf Rotterdam, Amasus, entre outros.	Pesca, navegação e serviços marítimos.	As respostas variaram entre "abertos ao emprego, embora com apoio suficiente", "discutirão primeiro as possibilidades a nível interno"; "difíceis de empregar devido às qualificações necessárias", "entusiastas" e "empregarão de bom grado o nosso grupo-alvo".
<b>Roménia</b>	A Agenda Marítima Comum para o Mar Negro, a Direção-Geral das Pescas do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e a Associação para o Desenvolvimento Sustentável Prut Dunare Galati.	Indústria da construção naval petroquímica, metalurgia, transformação de produtos alimentares (nomeadamente pesca), turismo costeiro e marinho.	Os profissionais deram garantias e apoio com o seu envolvimento, bem como tranquilidade e motivação.
<b>Chipre</b>	O Ministério da Energia, do Comércio e da Indústria, o Ministério da Justiça e da Ordem Pública, a Associação de Proteção do Ambiente Marinho de Chipre, a Universidade de Chipre, entre outros.	Turismo costeiro e marinho, energias renováveis marinhas e biotecnologia marinha.	*O trabalho em rede está em curso.
<b>Itália</b>	Ministero dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca, Istituto Idrografico - Marina Militare, Istituto Penitenziario di Foggia, Università degli Studi di Foggia, entre outros.	Pesca, indústria mineira marítima, construção naval, circulação de mercadorias e de passageiros, serviços de alojamento e de restauração, atividades desportivas e recreativas, investigação, regulamentação.	Todas as organizações que participaram na sessão consultiva estavam dispostas a oferecer conhecimentos especializados e oportunidades de trabalho em rede para garantir a realização dos objetivos da iniciativa.

Tabela 1. Resumo dos resultados das sessões de consulta por país



Co-funded by  
the European Union

# Definindo a Economia Azul





## O que é a Economia Azul?

Tal como delineado no Relatório Económico Anual de 2018 sobre a Economia Azul<sup>1</sup>, "O 'Azul' em 'Economia Azul' significa os mares e os oceanos" (p. 1), pelo que inclui **todas as indústrias e setores ligados aos oceanos, mares e costas**, tanto os que operam no ambiente marinho (como o transporte marítimo, as pescas e a produção de energia) como os baseados em terra (como os portos, os estaleiros navais, a aquicultura e a produção de algas em terra e o turismo costeiro)<sup>2</sup>. **Os oceanos são uma parte crucial das economias costeiras da Europa** e podem contribuir significativamente para a prosperidade global do continente. Os oceanos geram emprego, investimento e crescimento económico, sendo que a sua produtividade aumenta à medida que a sua saúde melhora<sup>1</sup>. A sua importância vai muito além, como afirma a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico<sup>3</sup>, "A economia dos oceanos é essencial para o bem-estar e a prosperidade futuros da humanidade. É uma fonte fundamental de alimentos, energia, minerais, saúde, lazer e transportes, da qual dependem centenas de milhões de pessoas" (p. 3).

Os números mais recentes do Relatório sobre a Economia Azul da UE de 2024<sup>4</sup> indicam que, em 2021, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) dos setores estabelecidos na EA<sup>5</sup> ascendeu a 171,1 mil milhões de EUR, representando 1,3% da economia da UE-27. Isto representou um aumento de 35% em relação aos 126,6 mil milhões de euros em 2020 e um aumento do emprego de

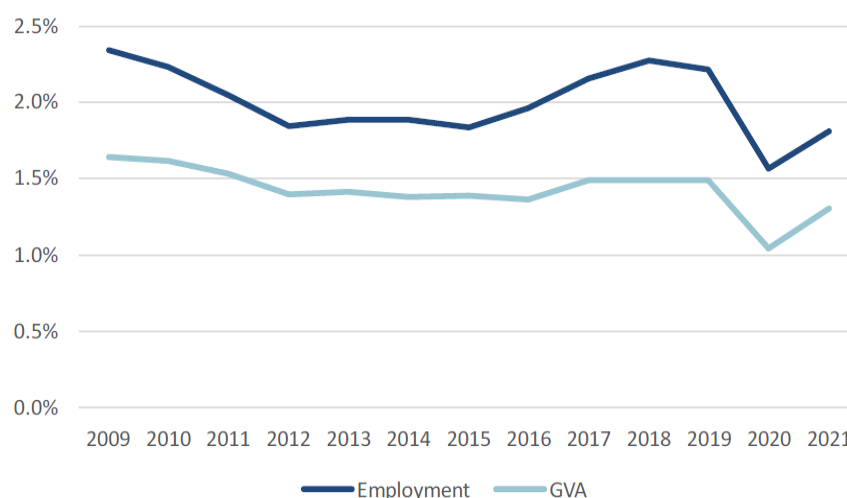


Figura 1. Contribuição da economia azul para a economia global da UE (Relatório de 2024 sobre a economia azul na UE)

<sup>1</sup> Natacha & Guillen (2018). Relatório Económico Anual de 2018 sobre a Economia Azul. doi:[10.2771/851319](https://doi.org/10.2771/851319).

<sup>2</sup> Comissão Europeia (2021). *Economia Azul Sustentável - Perguntas e Respostas*. Disponível [aqui](#).

<sup>3</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2016). *The Ocean Economy in 2030*. OECD Publishing, Paris. doi:[10.1787/9789264251724-en](https://doi.org/10.1787/9789264251724-en)

<sup>4</sup> Comissão Europeia (2024). Relatório sobre a economia azul da UE 2024. Serviço das Publicações da União Europeia. doi:[10.2771/186064](https://doi.org/10.2771/186064)

<sup>5</sup> Recursos marinhos vivos, recursos marinhos não vivos, energias marinhas renováveis, atividades portuárias, construção e reparação naval, transportes marítimos e turismo costeiro.



17%, passando de 3,07 milhões de pessoas em 2020 para 3,59 milhões em 2021, o que representa uma contribuição de 1,8% para a economia da UE-27 (figura 1).

Além disso, o mesmo relatório destaca os quatro maiores Estados-Membros - Alemanha, Espanha, **Itália** e França - que são os principais contribuintes para a Economia Azul da UE, representando 55% do emprego e 61% do VAB. Em 2021, os setores da EA estabelecidos contribuíram com 1,8% para o emprego global da UE e 1,5% para o VAB. Globalmente, a EA desempenha um papel mais vital no VAB e no emprego nacionais nos Estados-Membros insulares ou com arquipélagos, como a Croácia, a Dinamarca, **Chipre**, Malta, a Grécia e **Portugal**. **Os Países Baixos** também estão bem posicionados, ocupando um lugar entre os seis primeiros países, enquanto **a Roménia** ocupa uma posição intermédia (Figura 2).

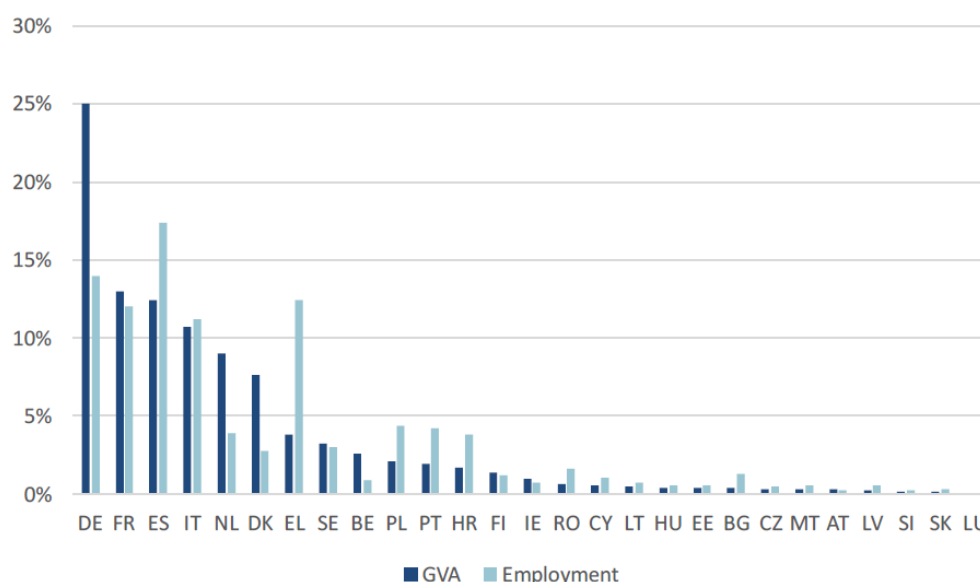
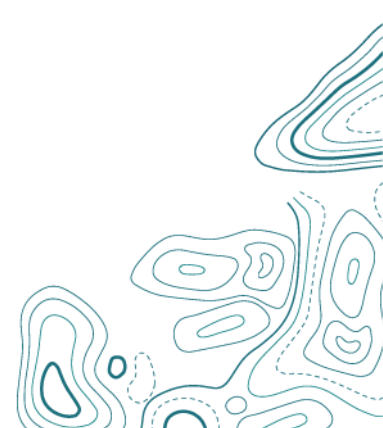


Figura 2. Contribuição nacional para a Economia Azul da UE, percentagem (UE28 = 100%) em termos de emprego e VAB (Relatório de 2024 sobre a Economia Azul da UE)



## Setores da economia azul

O Relatório Económico Anual de 2018 sobre a Economia Azul<sup>6</sup>, identifica uma lista de **treze setores diferentes da EA** (Figura 3). Uma descrição de cada um, juntamente com potenciais empregos específicos de cada setor, pode ser encontrada na Tabela 2.

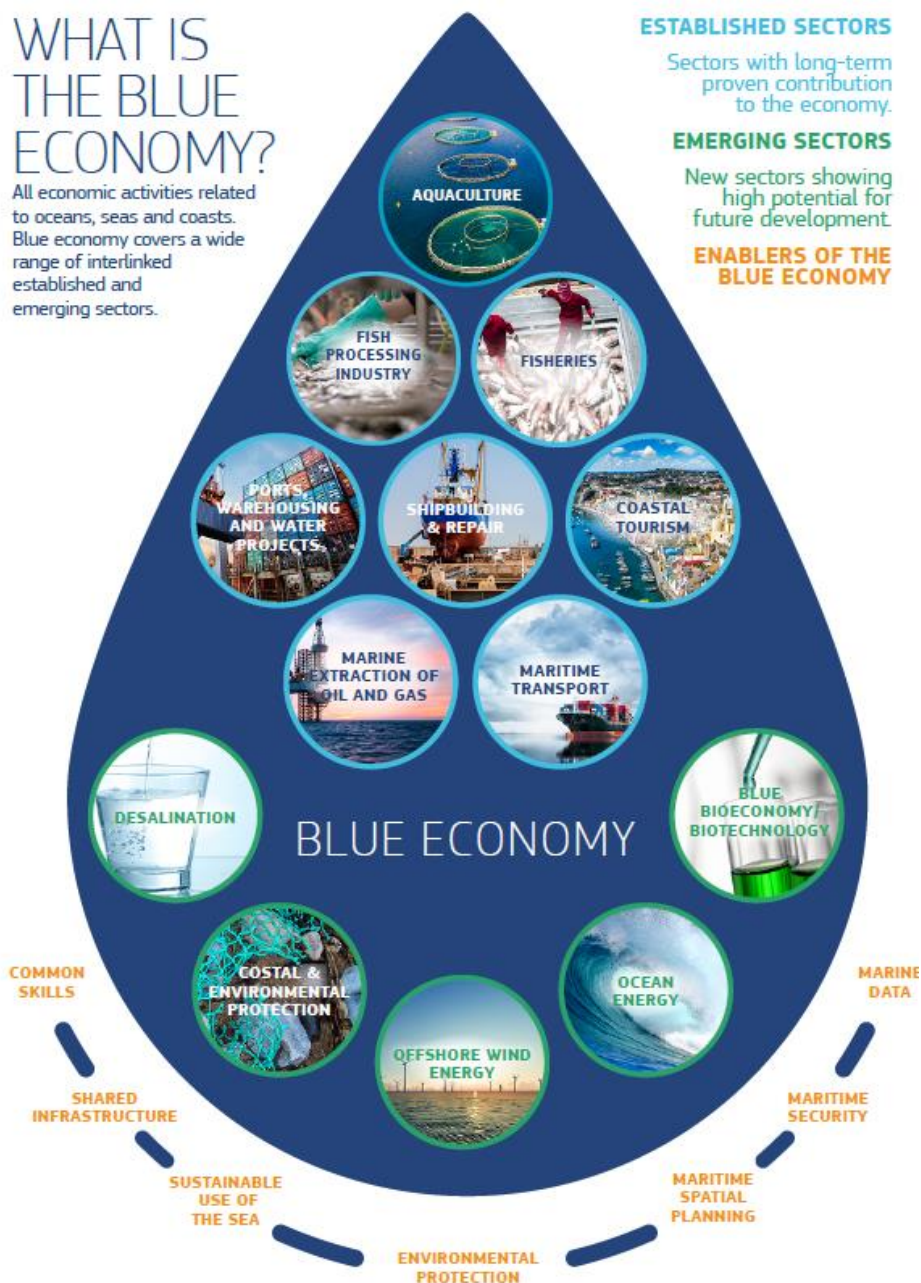


Figura 3. Setores estabelecidos da Economia Azul (a azul), setores emergentes (a verde) e facilitadores (a laranja) (Natacha & Guillen, 2018)

<sup>6</sup>Natacha & Guillen (2018). Relatório Económico Anual de 2018 sobre a Economia Azul. doi:[10.2771/851319](https://doi.org/10.2771/851319).

Setores	Descrição	Potenciais empregos no setor
<b>Aquicultura</b>	A aquicultura, ou aquacultura, refere-se ao cultivo de peixes, crustáceos, moluscos, plantas aquáticas, algas e outros organismos em ambientes controlados. Ao contrário da pesca comercial, a aquicultura centra-se na criação destas populações tanto em água doce como em água salgada. <sup>7</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Técnico de piscicultura</li> <li>▪ Gestor de explorações piscícolas</li> <li>▪ Operador de produção de água salgada</li> <li>▪ Técnico de incubação</li> <li>▪ Técnico de saúde dos peixes</li> </ul>
<b>Indústria de transformação de peixe</b>	Este setor envolve procedimentos mecânicos ou químicos aplicados ao peixe para alterar ou manter o seu estado. O peixe é submetido a vários métodos de processamento (por exemplo, evisceração ou limpeza, fumagem, secagem ao sol e salga), predominantes na pesca de pequena escala, que normalmente utilizam tecnologia barata e recursos mínimos. <sup>8</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Técnicos</li> <li>▪ Inspetores de controlo de qualidade</li> <li>▪ Supervisores de produção</li> <li>▪ Especialistas em embalagens e etiquetas</li> <li>▪ Gestores de logística e distribuição</li> <li>▪ Representantes de vendas e marketing</li> </ul>
<b>Pescas</b>	Refere-se a toda a indústria de captura, transformação e venda de peixe, excluindo a aquicultura. Envolve atividades como a captura, a transformação, a conservação, a armazenagem, o transporte, a comercialização e a venda de peixe e produtos da pesca. A indústria está dividida em três subsectores: o setor comercial, o setor tradicional e o setor recreativo. <sup>7</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pescador</li> <li>▪ Operador de charter de pesca</li> <li>▪ Processador de peixe</li> </ul>
<b>Portos, armazéns e iniciativas hídricas</b>	Para além das funções tradicionais de movimentação de carga, logística e serviços marítimos, funcionam como centros para os setores energético e industrial, promovendo o crescimento económico e a expansão do comércio. Além disso, promove uma série de indústrias (por exemplo, construção naval, produtos químicos, processamento de	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Coordenadores de logística</li> <li>▪ Engenheiros civis</li> <li>▪ Cientistas do ambiente</li> <li>▪ Pessoal de proteção marítima</li> <li>▪ Planificadores de transportes</li> <li>▪ Engenheiros de recursos hídricos</li> <li>▪ Trabalhadores da construção civil</li> </ul>

<sup>7</sup> Guia de carreira: Blue Economy jobs for young people (n.d.). O projeto Blue Generation, financiado pela Islândia, Liechtenstein e Noruega através dos EEA e Norway Grants for Youth Employment. Disponível [aqui](#).

<sup>8</sup> Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (2024). Disponível [aqui](#).

	alimentos, construção, petróleo, produção de energia, produção de aço, processamento de peixe e fabrico de automóveis). <sup>9</sup>	
<b>Construção e reparação naval</b>	No setor da Construção e Reparação Naval, existem subsectores distintos que envolvem diversas atividades: construção naval (inclui a construção de vários navios e estruturas flutuantes), fabrico de equipamento e maquinaria (por exemplo, cordame, têxteis, artigos de desporto, motores, turbinas e instrumentos de navegação). <sup>9</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Arquitectos navais e engenheiros marítimos</li> <li>▪ Eletricistas e mecânicos marítimos</li> <li>▪ Controlo de qualidade</li> <li>▪ Profissionais de vendas e marketing</li> </ul>
<b>Turismo Costeiro</b>	Este setor é vital para a EA, uma vez que o turismo é um ativo significativo para a Europa, com mais de metade do alojamento turístico total da UE situado em zonas costeiras. O Turismo Costeiro oferece uma vasta gama de setores e serviços: navegação de recreio, cruzeiros, marinas e desportos aquáticos, turismo de história marítima e turismo de vida selvagem marinha. Inclui também atividades terrestres conexas, como visitas a museus náuticos e estadias em estâncias costeiras. <sup>7</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Barco - serviços de manutenção, reparação e limpeza</li> <li>▪ Nadador-salvador</li> <li>▪ Chefe de cozinha ou pessoal do restaurante</li> <li>▪ Instrutor de desportos aquáticos</li> <li>▪ Guia turístico</li> <li>▪ Consultor de informação turística</li> <li>▪ Operações de excursão</li> <li>▪ Skipper de barco a motor</li> </ul>
<b>Extração marítima de petróleo e gás</b>	A extração marítima de petróleo e gás refere-se ao processo de exploração, extração e produção de petróleo e gás natural a partir do fundo do oceano. Isto envolve vários passos meticulosos, incluindo levantamentos sísmicos para localizar depósitos de petróleo e gás, perfuração de poços utilizando plataformas de perfuração offshore e instalação de infraestruturas submarinas para facilitar a extração e o transporte destes recursos naturais. <sup>10,11</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Engenheiros petrolíferos</li> <li>▪ Geólogos e geofísicos</li> <li>▪ Supervisores de perfuração offshore e gestores de plataformas</li> <li>▪ Engenheiros marítimos e submarinos</li> <li>▪ Especialistas em saúde, segurança e ambiente</li> <li>▪ Profissões especializadas, como soldadores, electricistas e mecânicos</li> </ul>

<sup>9</sup> Comissão Europeia (2024). Observatório da Economia Azul da UE. Disponível [aqui](#) e [aqui](#).

<sup>10</sup> World Ocean Review (2014). Petróleo e gás. *WOR 3 Recursos marinhos - Oportunidades e riscos*. Disponível [aqui](#).

<sup>11</sup> Preço do petróleo (2023). *Perfuração offshore de petróleo e gás: A Comprehensive Guide*. Disponível [aqui](#).

<p><b>Transporte marítimo/expedição</b></p>	<p>Refere-se ao movimento de bens e pessoas, juntamente com as infraestruturas necessárias. É o principal método global de transporte de mercadorias, sendo responsável por 80% de todas as mercadorias transportadas. Na Europa, o setor marítimo emprega 267.000 pessoas em portos, armazéns e cargos relacionados, e mais 235.000 pessoas no transporte de mercadorias e passageiros.<sup>7</sup></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tripulação de iate</li> <li>▪ Serviços de pessoal (por exemplo, cozinheiro/chef, empregado de limpeza, barista/barman, empregado de mesa)</li> <li>▪ Mecânico ou técnico de manutenção de barcos</li> <li>▪ Operador de marina</li> <li>▪ Operador turístico</li> <li>▪ Operador de docas e amarrações</li> </ul>
<p><b>Dessalinização</b></p>	<p>A dessalinização combate a escassez global de água, reduzindo significativamente a pressão sobre os recursos de água doce. Através de várias tecnologias, incluindo processos térmicos como a destilação em flash de vários estágios (MSF) e a compressão térmica de vapor (TVC), a dessalinização remove substâncias inorgânicas dissolvidas (sais e outros minerais) principalmente da água do mar, mas também da água salobra ou das águas residuais.<sup>4</sup></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diretor de operações</li> <li>▪ Técnico de manutenção</li> <li>▪ Analista da qualidade da água</li> <li>▪ Engenheiro de controlo</li> <li>▪ Responsável pela saúde e segurança</li> </ul>
<p><b>Proteção costeira e ambiental</b></p>	<p>Refere-se às estratégias, políticas e práticas destinadas a preservar e salvaguardar os ecossistemas e ambientes costeiros de ameaças naturais e induzidas pelo homem.<sup>12</sup></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Engenheiro costeiro</li> <li>▪ Biólogo marinho</li> <li>▪ Especialista em recuperação de habitats</li> <li>▪ Analista das alterações climáticas</li> <li>▪ Cientista da qualidade da água</li> </ul>
<p><b>Energia eólica offshore</b></p>	<p>Consiste na produção de eletricidade através de parques eólicos localizados em massas de água, normalmente no mar. Devido à maior velocidade do vento no mar do que em terra, estes parques eólicos produzem mais eletricidade por</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Engenheiro naval</li> <li>▪ Indústria fornecedora</li> <li>▪ Desenvolvimento de iniciativas, operações e manutenção</li> <li>▪ Navegação e transportes</li> <li>▪ Investigação e ciência</li> </ul>

<sup>12</sup> Nações Unidas, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais (n.d.). *Proteção Ambiental Costeira*. Disponível [aqui](#).

	capacidade instalada. A energia eólica offshore é o setor mais bem estabelecido e em rápida expansão na Economia Azul. <sup>7</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção</li> </ul>
<b>Energia dos oceanos</b>	A energia dos oceanos é uma vasta fonte de energia potencial com menos variabilidade do que a energia eólica e solar. Este setor inclui vários métodos de produção de energia (por exemplo, marés, ondas, correntes, osmose e conversão da energia térmica dos oceanos). <sup>7</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Trabalho mecânico de nível básico</li> <li>▪ Engenharia naval.</li> <li>▪ Indústria fornecedora</li> <li>▪ Desenvolvimento de iniciativas, operações e manutenção</li> <li>▪ Navegação e transportes</li> <li>▪ Investigação e ciência</li> <li>▪ Construção</li> </ul>
<b>Bioeconomia azul Biotecnologia</b>	A produção de recursos biológicos renováveis e a sua conversão, juntamente com os fluxos de resíduos, em produtos de valor acrescentado, tais como géneros alimentícios, alimentos para animais, produtos de base biológica e bioenergia. <sup>13</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Biotecnólogo marinho</li> <li>▪ Especialista em aquicultura</li> <li>▪ Analista de controlo de qualidade</li> <li>▪ Geneticista marinho</li> <li>▪ Cientista investigador</li> </ul>

Tabela 2. Uma lista dos diferentes setores da EA: setor, definição e empregos potenciais

<sup>13</sup> Comissão Europeia (2020). Fórum da Bioeconomia Azul - Roteiro para a bioeconomia azul. Serviço das Publicações. doi:[10.2826/605949](https://doi.org/10.2826/605949)

# Avaliação do Mercado da Economia Azul

## Contextos Nacionais

Com base na investigação documental realizada para mapear o mercado nacional de EA nos países da iniciativa, tal como descrito na secção "Abordagem metodológica", apresenta-se em seguida uma análise da avaliação do mercado de EA de cada país.

A análise revelou que os setores de mercado da EA **diferem em cada país membro da iniciativa Turning Blue**, abrangendo um vasto leque de setores identificados pelo Observatório da Economia Azul da UE<sup>14</sup>, tais como o turismo costeiro, os recursos vivos marinhos (especialmente a pesca e a aquicultura e a transformação de produtos da pesca), os recursos não vivos marinhos (como a extração de petróleo bruto e gás natural), o transporte marítimo, as atividades portuárias, as energias renováveis marinhas, a construção e reparação naval, entre outros.

No Chipre, a EA engloba um conjunto diversificado de setores, abrangendo o transporte marítimo, a pesca, a aquicultura, o turismo costeiro e marinho, o petróleo e o gás offshore, as energias renováveis marinhas e a biotecnologia marinha<sup>15</sup>. Na vanguarda está o seu forte setor marítimo, com uma frota que ocupa o 11.º lugar no mundo e o 3.º na UE<sup>16</sup>. Tendo em conta a sua posição geográfica estratégica e a riqueza dos recursos marinhos, Chipre tem um potencial considerável de expansão no setor das energias renováveis marinhas, da biotecnologia e do turismo costeiro e marinho<sup>17</sup>.

Em **Itália**, a EA é uma parte essencial do crescimento económico e do desenvolvimento do país, contribuindo com 67% do total de postos de trabalho na Economia Azul da UE-27, representando em conjunto 61% do VAB e 55% do emprego<sup>4</sup>. A EA no país está a crescer, com cerca de 228 mil empresas e sete setores principais identificados: pescas, indústria mineira marinha, construção naval, movimentos de mercadorias e passageiros, serviços de alojamento e restauração, atividades desportivas e recreativas, investigação, regulamentação<sup>18</sup>.

Os **Países Baixos** têm uma longa história ligada à sua relação com o mar<sup>19</sup>, fomentando uma vasta EA dividida em setores como a pesca<sup>20</sup>, o transporte marítimo<sup>21</sup> e outros serviços

---

<sup>14</sup> Comissão Europeia. Observatório da Economia Azul da UE. Setores da Economia Azul da UE. Disponível [aqui](#).

<sup>15</sup> Kontakos, P. (2019). Crescimento azul e empreendedorismo: Opportunities and Challenges in Cyprus. Disponível [aqui](#).

<sup>16</sup> Chipre Marítimo. Porquê o Chipre Marítimo. Disponível [aqui](#).

<sup>17</sup> Instituto Marinho e Marítimo de Chipre (2022). Sustainable Blue Economy 2030 - Emerging Challenges and Prospects (Economia Azul Sustentável 2030 - Desafios Emergentes e Perspetivas). Disponível .

<sup>18</sup> Unioncamere (2023). XI Relatório sobre a Economia do Mar: La Dimensione Nazionale e Territoriale Dello Sviluppo. Disponível [aqui](#).

<sup>19</sup> Matéria renovável (2023). Economia azul nos Países Baixos: Um Mar de Potencial. Disponível [aqui](#).

<sup>20</sup> Vist ik Het Maar. Módulos de ensino. Disponível [aqui](#).

<sup>21</sup> Koninklijke Vereniging van Nederlandse Reders (KVNRR). Disponível [aqui](#).





marítimos. O setor das pescas engloba vários navios que se dedicam a espécies como o arenque e o camarão, cada um com a sua própria dinâmica de tripulação e desafios operacionais. No setor do transporte marítimo, são operados navios que vão desde os porta-contentores aos navios de cruzeiro, com tripulações que desempenham várias funções cruciais para as respetivas operações marítimas. Para além destes setores, outros serviços marítimos incluem atividades como o turismo, a aquicultura e a extração de petróleo offshore.

No caso de **Portugal**, o seu triângulo marítimo, constituído por Portugal Continental, Madeira e Açores, engloba 48% de todas as águas marinhas sob a jurisdição dos Estados-Membros da UE adjacentes ao continente europeu<sup>22</sup>. De acordo com a Direção-Geral de Política do Mar, em 2018, a Economia Marítima contribuiu com 5,1% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, 5% das exportações nacionais e 4% do emprego. Adicionalmente, em 2020, as empresas marítimas empregavam 123 mil pessoas, e o número de Empresas do Mar ultrapassou as 40 mil, gerando um volume de negócios de 6,6 mil milhões de euros<sup>23</sup>. O turismo é o maior setor da EA em **Portugal**, representando 70,6% da força de trabalho, com cerca de 86.000 pessoas empregadas só no alojamento nos municípios fronteiriços costeiros<sup>23</sup>. No entanto, a pesca, a aquicultura marinha e a transformação e comercialização dos seus produtos constituem o setor da Economia Azul portuguesa com maior volume de negócios, empregando cerca de 30.000 pessoas. Por último, os setores dos portos, do transporte marítimo e da logística, bem como os setores da construção, manutenção e reparação naval, representam também uma parte considerável da EA no país.

Na **Roménia**, a EA baseia-se principalmente no Delta do Danúbio e nas águas do Mar Negro, ancorada em setores tradicionais como a pesca e a aquicultura. Além disso, a costa do Mar Negro e o Delta do Danúbio são destinos para o setor do turismo. A EA romena constitui um segmento modesto da economia nacional, contribuindo com 0,5% a 1,0% em termos de VAB e de emprego. Isto coloca o país entre os Estados-Membros da UE com setores de EA relativamente menores, sublinhando o potencial de expansão e avanço neste contexto<sup>24</sup>. Em 2019, a **Roménia** contava com uma força de trabalho de 63 466 indivíduos envolvidos na EA. Liderando o gráfico de emprego estava o turismo costeiro, acomodando 20 375 indivíduos, seguido pela construção e reparação naval com uma força de trabalho de 22 179 funcionários. As atividades portuárias também assumiram um papel substancial, proporcionando emprego a 10.520 indivíduos, com o porto de Constança a destacar-se como o maior porto de contentores do Mar Negro. Em contraste, o emprego nos recursos marinhos vivos, no transporte marítimo e nos recursos marinhos não vivos permaneceu comparativamente mais baixo, com 6.047, 2.731 e 1.613 pessoas empregadas, respetivamente. Esta delimitação sublinha os papéis significativos desempenhados pelo turismo costeiro e pela construção

<sup>22</sup> Direção-Geral da Política Marítima - DGMP (2021).

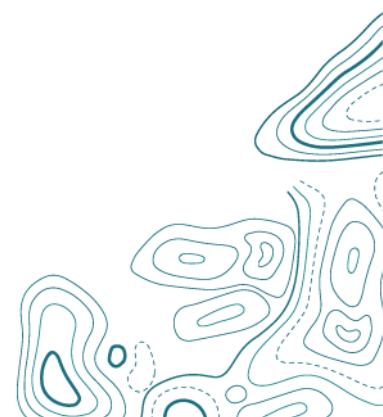
<sup>23</sup> Direção-Geral da Política Marítima - DGMP (2022).

<sup>24</sup> Comissão Europeia (2023). Relatório sobre a economia azul da UE 2023. Serviço das Publicações da União Europeia. doi:[10.2771/7151](https://doi.org/10.2771/7151)



naval na EA da Roménia, com as atividades portuárias a emergirem também como uma importante fonte de emprego.

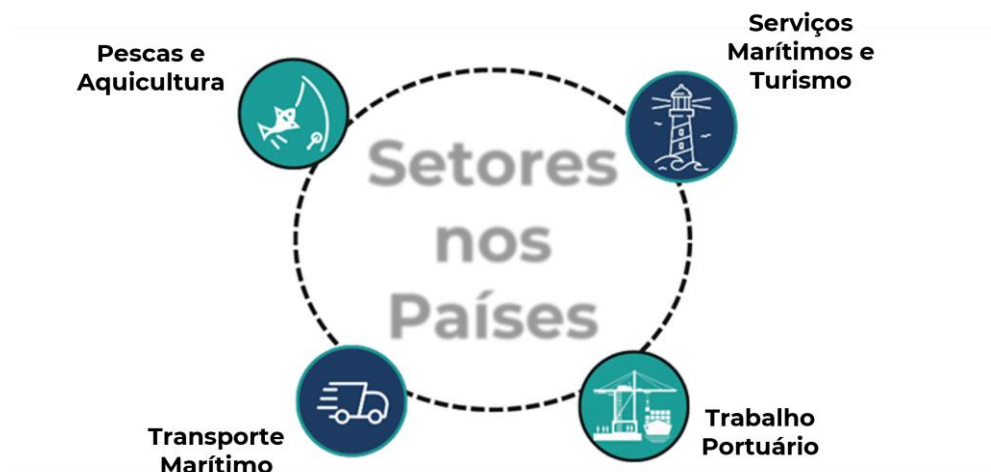
**A Tabela 3** apresenta uma visão mais ampla dos setores mais comuns em cada país do consórcio Turning Blue, com base na investigação realizada.



O Mercado da Economia Azul				
Chipre	Itália	Países Baixos	Portugal	Roménia
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Transporte Marítimo</li> <li>▪ Trabalho portuário</li> <li>▪ Pescas</li> <li>▪ Aquicultura</li> <li>▪ Turismo costeiro/marítimo</li> <li>▪ Petróleo e gás offshore</li> <li>▪ Energias renováveis marinhas</li> <li>▪ Biotecnologia marinha</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pescas</li> <li>▪ Aquicultura</li> <li>▪ Turismo costeiro/marítimo, incluindo o turismo gastronómico</li> <li>▪ Construção naval</li> <li>▪ Transporte Marítimo</li> <li>▪ Trabalho portuário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pescas</li> <li>▪ Transporte Marítimo</li> <li>▪ Extração marinha de petróleo e gás</li> <li>▪ Energia Marítima Renovável</li> <li>▪ Aquicultura</li> <li>▪ Turismo Costeiro/Marinho</li> <li>▪ Serviços marítimos (por exemplo, trabalho portuário, defesa costeira, dragagem, recuperação de terras, reboque e marinha).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Energias renováveis oceânicas</li> <li>▪ Pescas</li> <li>▪ Aquicultura</li> <li>▪ Bioeconomia azul</li> <li>▪ Indústria naval e portos marítimos</li> <li>▪ Construção e reparação naval</li> <li>▪ Observação dos oceanos e digitalização</li> <li>▪ Turismo costeiro/marinho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pescas</li> <li>▪ Aquicultura</li> <li>▪ Turismo sustentável</li> <li>▪ Transporte Marítimo</li> <li>▪ Construção e reparação naval</li> <li>▪ Trabalho portuário</li> <li>▪ Recursos marinhos não vivos</li> <li>▪ Turismo costeiro/marítimo</li> </ul>

Tabela 3. A Economia Azul assinalada nos cinco países analisados

Embora a diversidade do mercado da EA em cada país reflita as suas características únicas, a chave para o Consórcio foi determinar as semelhanças do mercado, a fim de orientar o foco da Iniciativa Turning Blue, assim, **os seguintes setores transversais identificados em todos os países serão o foco central daqui em diante:**



## Quadros legais e reguladores

### Nível Internacional

A EA, que engloba a utilização sustentável dos recursos oceânicos para o crescimento económico, a melhoria dos meios de subsistência e o emprego, preservando simultaneamente a saúde dos ecossistemas oceânicos, é regida por várias **legislações internacionais** fundamentais. Uma das mais importantes é a **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS)**<sup>25</sup>, estabelecida em 1982. Muitas vezes referida como a "Constituição dos Oceanos", a UNCLOS fornece um quadro abrangente para a utilização e conservação dos recursos marinhos, definindo as zonas marítimas, os direitos e as responsabilidades dos Estados. Abrange aspetos como os mares territoriais, as zonas económicas exclusivas (ZEE) e a plataforma continental, garantindo que as nações podem explorar os recursos marinhos nestas áreas, protegendo simultaneamente o ambiente marinho.

Para além da UNCLOS, a **Organização Marítima Internacional (OMI)** desempenha um papel crucial através dos seus regulamentos para garantir a segurança marítima e prevenir a poluição marinha. Os principais tratados da OMI incluem a **Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS)**<sup>26</sup>, a **Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL)**<sup>27</sup>, e a **Convenção sobre a Gestão das Águas de Lastro**<sup>28</sup>. A Convenção SOLAS, adotada pela primeira vez em 1914 e atualizada várias vezes, estabelece normas mínimas de segurança para a construção, o equipamento e o funcionamento dos navios, com o objetivo de garantir a segurança da vida humana no mar. A MARPOL limita a descarga de poluentes dos navios, enquanto a Convenção sobre a Gestão das Águas de Lastro tem por objetivo evitar a propagação de espécies aquáticas invasoras através das águas de lastro dos navios.

Além disso, a **Convenção Internacional sobre Normas de Formação, de Certificação e de Serviço de Quartos para os Marítimos (STCW) da OMI**<sup>29</sup> e a sua alteração, a Convenção STCW-F (para os profissionais dos navios de pesca), são essenciais para garantir a competência e a segurança dos profissionais marítimos. A STCW, adotada em 1978 e alterada posteriormente, estabelece normas mínimas de qualificação para os comandantes, oficiais e profissional de vigilância dos navios mercantes de alto-mar. A STCW-F, adotada em 1995,

---

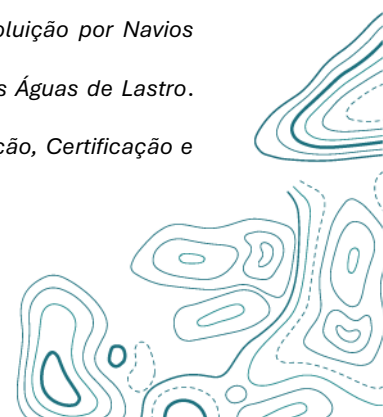
<sup>25</sup> Organização Marítima Internacional (n.d.). *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar*. Disponível [aqui](#).

<sup>26</sup> Organização Marítima Internacional (n.d.). *Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS), 1974*. Disponível [aqui](#).

<sup>27</sup> Organização Marítima Internacional (n.d.). *Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL)*. Disponível [aqui](#).

<sup>28</sup> Organização Marítima Internacional (n.d.). *Implementação da Convenção sobre a Gestão das Águas de Lastro*. Disponível [aqui](#).

<sup>29</sup> Organização Marítima Internacional (n.d.). *Convenção Internacional sobre Normas de Formação, Certificação e Serviço de Quartos para os Marítimos, 1978*. Disponível [aqui](#).



estende normas semelhantes ao pessoal dos navios de pesca, reforçando a segurança e o profissionalismo no setor das pescas.

A **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**<sup>30</sup>, outro importante órgão regulador internacional, desempenha um papel importante na legislação laboral. Uma das convenções da OIT é a **Convenção do Trabalho Marítimo (MLC)**<sup>31</sup>, estabelecida em 2006, que é outra peça fundamental da legislação internacional. Muitas vezes referida como a "Carta de Direitos dos Marítimos", a MLC estabelece direitos e proteções abrangentes para os marítimos, abordando as condições de emprego, saúde e segurança, condições de vida e segurança social. O seu objetivo é garantir que os marítimos tenham acesso a condições de trabalho dignas, contribuindo para o seu bem-estar e para a sustentabilidade global do setor marítimo.

A **Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)** é outro acordo internacional fundamental. A CDB aborda a biodiversidade marinha e costeira, promovendo a conservação e a utilização sustentável dos ecossistemas marinhos. Através das suas metas de Aichi e do subsequente quadro de biodiversidade pós-2020, a CDB visa reforçar a proteção das zonas marinhas e a gestão sustentável das pescas.

Estas legislações internacionais visam, coletivamente, equilibrar os benefícios económicos derivados dos oceanos com a necessidade de conservar os ecossistemas marinhos, assegurando que a EA possa florescer de forma sustentável<sup>32</sup>.

## Nível Europeu

Na Europa, a EA é orientada por um quadro legislativo sólido destinado a promover o desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos. A UE tem sido proativa a este respeito, sendo a **Política Marítima Integrada (PMI)**<sup>33</sup> uma pedra angular. Criada em 2007, a PMI procura promover políticas coordenadas e coerentes em todos os setores marítimos, a fim de alcançar um crescimento económico sustentável e a proteção do ambiente. Uma componente fundamental da PMI é a estratégia de crescimento azul, que visa setores específicos como a aquicultura, o turismo costeiro, a biotecnologia marinha, a energia oceânica e a extração mineira nos fundos marinhos.

---

<sup>30</sup> Organização Internacional do Trabalho (n.d.). Disponível [aqui](#).

<sup>31</sup> Organização Internacional do Trabalho (n.d.). *Convenção sobre o Trabalho Marítimo, 2006*. Disponível [aqui](#).

<sup>32</sup> Por exemplo, Portugal ratificou instrumentos internacionais que regulam questões relacionadas com a segurança marítima e a prevenção da poluição. Quatro dos principais instrumentos são: SOLAS, MARPOL, Convenção do Trabalho Marítimo, STCW e STCW-F.

<sup>33</sup> Parlamento Europeu (n.d.). *Política marítima integrada da União Europeia*. Disponível [aqui](#).

A **Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (DQEM)**<sup>34</sup> é outra peça fundamental da legislação da UE. Adotada em 2008, a Diretiva-Quadro Estratégia Marinha visa alcançar um bom estado ambiental das águas marinhas da UE até 2020 e proteger a base de recursos de que dependem as atividades económicas e sociais relacionadas com o mar. Exige que os Estados-Membros desenvolvam estratégias marinhas que incluam avaliação, monitorização e planos de ação para atenuar os impactos humanos no meio marinho.

Além disso, a **Política Comum das Pescas (PCP)**<sup>35</sup> desempenha um papel importante na gestão dos recursos marinhos da Europa. A PCP, reformada em 2013, tem por objetivo garantir que a pesca e a aquicultura sejam sustentáveis do ponto de vista ambiental, económico e social. Estabelece quotas para as capturas de peixe, promove práticas de pesca sustentáveis e apoia as comunidades piscatórias.

A UE também apoia o **ordenamento do espaço marítimo (OEM)**<sup>36</sup> através da Diretiva relativa ao ordenamento do espaço marítimo, que entrou em vigor em 2014. O OEM visa promover o crescimento sustentável das economias marítimas, o desenvolvimento sustentável das zonas marinhas e a utilização sustentável dos recursos marinhos através do planeamento da utilização do espaço marinho entre setores e partes interessadas.

Além disso, a UE adere a normas internacionais como as convenções SOLAS, STCW, STCW-F e MLC, garantindo a competência e a segurança do pessoal marítimo e o bem-estar dos marítimos nos seus Estados-Membros. Este alinhamento com as normas mundiais contribui para manter elevados padrões profissionais e de segurança nos setores marítimos da UE.

Além disso, a UE está empenhada em proteger a biodiversidade marinha através de iniciativas como o objetivo "UE 30 em 30". Este ambicioso objetivo, que faz parte da Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030<sup>37</sup>, visa proteger 30% da área terrestre e marítima da UE até 2030, com 10% sob proteção rigorosa. Esta iniciativa sublinha o empenhamento da UE na conservação dos ecossistemas marinhos, que é vital para a sustentabilidade da economia azul.

Através destes quadros legislativos abrangentes, a UE procura harmonizar o desenvolvimento económico com a gestão ambiental, garantindo uma EA sustentável e próspera.

Além disso, a iniciativa **Turning Blue** visa alinhar-se com e contribuir para vários quadros legislativos e estratégias europeus importantes:

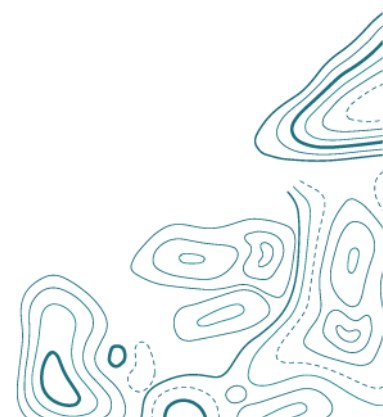
---

<sup>34</sup> Comissão Europeia (n.d.). *Diretiva-Quadro "Estratégia Marinha" da UE*. Disponível [aqui](#).

<sup>35</sup> Comissão Europeia (n.d.). *Política Comum das Pescas (PCP)*. Disponível [aqui](#).

<sup>36</sup> Comissão Europeia (n.d.). *Ordenamento do espaço marítimo*. Disponível [aqui](#).

<sup>37</sup> Comissão Europeia (n.d.). *Estratégia de Biodiversidade para 2030*. Disponível [aqui](#).



- **A Economia Azul Sustentável<sup>38</sup> e o Pacto Ecológico Europeu<sup>39</sup>**, por exemplo, não só contribuem diretamente para as prioridades políticas da UE definidas na estratégia do Pacto Ecológico Europeu para a política marítima e das pescas, mas também para outros eixos como o emprego, os assuntos sociais, a inclusão e a educação, bem como o ambiente. As atividades propostas contribuirão para as abordagens da Comissão Europeia em matéria de EA sustentável na UE para as indústrias e setores relacionados com os oceanos, os mares e as costas. Além disso, ao visar os jovens vulneráveis, está também a apoiar os objetivos do Pacto Ecológico Europeu no sentido de garantir um crescimento verde, sustentável e inclusivo.
- **A Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável<sup>40</sup>**, ao contribuir para o objetivo do EA de alcançar um crescimento económico inclusivo e sustentável, desenvolvendo as condições para permitir que os jovens que saem da prisão tenham empregos de qualidade que estimulem o EA, protegendo simultaneamente o ambiente e a sociedade em geral. Além disso, a iniciativa desempenha um papel importante na concretização dos objetivos relacionados com a juventude da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que se compromete a aumentar substancialmente o número de jovens e adultos com as competências relevantes para o emprego, o trabalho digno e o empreendedorismo até 2030.
- **A estratégia de crescimento azul da UE<sup>41</sup>**, que apoia a promoção de uma Europa inteligente, sustentável e inclusiva através do desenvolvimento de abordagens inovadoras e promissoras para captar novos talentos para o setor da economia azul.
- **Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030<sup>42</sup>**, trazendo as preocupações ambientais para a vida dos jovens privados de liberdade, nomeadamente 2.2.6. Restaurar o bom estado ambiental dos ecossistemas marinhos (por exemplo, contribuindo para sensibilizar os jovens privados de liberdade para a necessidade de proteger, conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos e os seus recursos);
- **Agenda de Competências para a Europa<sup>43</sup> e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais<sup>44</sup>**, apoiando a melhoria de competências e a requalificação dos jovens em conflito com a lei. Espera-se que Turning Blue promova a criação de novos postos de trabalho no setor da economia azul, garantindo a existência de oportunidades para todos (nomeadamente para os jovens vulneráveis); além disso, contribui para a "nova agenda de competências para a

---

<sup>38</sup> Comissão Europeia (n.d.). *Economia azul sustentável*. Disponível [aqui](#).

<sup>39</sup> Comissão Europeia (n.d.). *O Pacto Ecológico Europeu - Esforçarmo-nos por ser o primeiro continente com impacto neutro no clima*. Disponível [aqui](#).

<sup>40</sup> Nações Unidas (n.d.). *Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível [aqui](#).

<sup>41</sup> Ação Azul (n.d.). *A Estratégia de Crescimento Azul da UE*. Disponível [aqui](#).

<sup>42</sup> Comissão Europeia (n.d.). *Estratégia de Biodiversidade para 2030*. Disponível [aqui](#).

<sup>43</sup> Comissão Europeia (n.d.). *Agenda de Competências para a Europa*. Disponível [aqui](#).

<sup>44</sup> Comissão Europeia (n.d.). *Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão*. Disponível [aqui](#).

Europa", garantindo que as pessoas desenvolvem as competências necessárias para os empregos de hoje e de amanhã.

- **Estratégia da UE para a Juventude (2019-27)**<sup>45</sup>, ao mesmo tempo que contribui para apoiar o papel da UE em matéria de alterações climáticas e sustentabilidade dos oceanos, o Turning Blue está a dar passos noutras domínios da inclusão social, promovendo a capacitação e o envolvimento dos jovens privados de liberdade e promovendo a visibilidade e a sensibilização para as suas necessidades a nível da UE.

## Nível Nacional

A estrutura jurídica e regulamentar que rege a EA no **Chipre** baseia-se em grande medida em instrumentos internacionais e regionais, incluindo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS)<sup>46</sup>, as políticas e estratégias da UE destinadas a promover uma EA sustentável e o Plano de Ação para o Mediterrâneo<sup>47</sup>. Para além de aderir a estes quadros, Chipre estabeleceu leis e regulamentos nacionais para cumprir as suas responsabilidades e compromissos no âmbito destes acordos, promovendo e reforçando simultaneamente o crescimento de vários setores na EA.

O quadro regulamentar que rege a EA em **Itália** abrange uma vasta gama de aspetos, incluindo a conservação marinha, a gestão das pescas, o ordenamento do espaço marítimo e o desenvolvimento costeiro. O país instituiu estruturas jurídicas em conformidade com as diretivas da UE para promover o desenvolvimento sustentável e as atividades económicas no domínio marítimo. Com a promulgação da Lei de 11 de fevereiro de 2022, n.º 1<sup>48</sup>, foi atribuída importância constitucional à proteção do ambiente, da biodiversidade e dos ecossistemas, com considerações para as gerações futuras incorporadas entre os princípios fundamentais (artigo 9.º da Constituição)<sup>49</sup>. Além disso, a criação do Ministério da Proteção Civil e das Políticas Marítimas<sup>50</sup> representa uma mudança significativa na direção do espírito da Constituição, com o objetivo de ancorar as políticas marinhas nos princípios da sustentabilidade, procurando sintetizá-los e dando prioridade a uma evolução para um modelo EA.

Nos **Países Baixos**, para além das normas regionais comuns da UE, a regulamentação é gerida e supervisionada principalmente por dois ministérios: O Ministério da Agricultura, Natureza e Qualidade Alimentar<sup>51</sup>, que visa assegurar boas perspetivas para os setores da agricultura,

---

<sup>45</sup> União Europeia (n.d.). *Estratégia da UE para a Juventude*. Disponível [aqui](#).

<sup>46</sup> Secretário-Geral das Nações Unidas (1082). *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar*. Disponível [aqui](#).

<sup>47</sup> Agência Europeia do Ambiente (n.d.). *Plano de ação para o Mediterrâneo*. Disponível [aqui](#).

<sup>48</sup> Normattiva il Portale della Legge Vigente (n.d.). *Legge Costituzionale 11 febbraio 2022, n. 1*. Disponível [aqui](#).

<sup>49</sup> Senato della Repubblica (n.d.). *Constituição da República Italiana*. Disponível [aqui](#).

<sup>50</sup> Ministro per la Protezione civile e le Politiche del mare (n.d.). Disponível [aqui](#).

<sup>51</sup> Governo dos Países Baixos (n.d.). *Ministério da Agricultura, Natureza e Qualidade Alimentar*. Disponível [aqui](#).



horticultura e pescas neerlandeses e trabalha com várias partes interessadas para restaurar e manter áreas naturais; e o Ministério das Infraestruturas e Gestão da Água<sup>52</sup>, que está empenhado em melhorar a qualidade de vida, o acesso e a mobilidade num ambiente limpo, seguro e sustentável.

Em **Portugal**, para além da ratificação das diretivas internacionais e europeias, no que respeita à legislação nacional, o enquadramento legal da atividade profissional dos marítimos está estabelecido no Decreto-Lei n.º 166/2019<sup>53</sup>, que estabelece que para trabalhar como marítimo, um indivíduo deve:

- a) Estar física e mentalmente apto (atestado médico válido emitido pelo Serviço Nacional de Saúde);
- b) Ser certificado em matéria de segurança básica;
- c) Possuir as qualificações necessárias para o exercício das funções da categoria pretendida;
- d) Inscrever-se na Administração Marítima como marítimo, sem prejuízo das exceções previstas no Decreto-Lei. Adicionalmente, de acordo com a legislação, a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos é o organismo responsável pela regulação das funções da administração marítima.

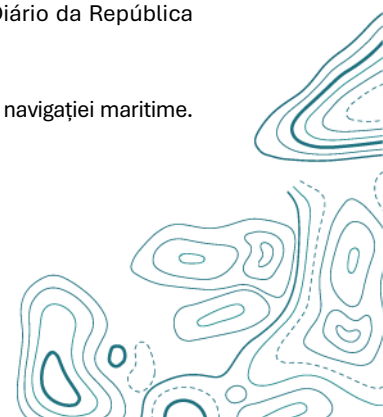
Na **Roménia**, o Decreto de Emergência n.º 50/2022 alinha o direito do trabalho marítimo do país com a Convenção Internacional do Trabalho Marítimo de 2006. No entanto, a ratificação da Convenção teve um impacto no mercado de trabalho do setor, levando a uma diminuição notável do número de agências de tripulação que operam no país, de um número maior para 45 empresas autorizadas a operar a partir de 20 de fevereiro de 2023<sup>54</sup>. Esta alteração legal, influenciada pelo Sindicato dos Marítimos, teve um impacto significativo no emprego no setor, afetando tanto a estrutura das agências de tripulação como os números totais de emprego.

---

<sup>52</sup> Governo dos Países Baixos (n.d.). *Ministério das Infra-estruturas e da Gestão da Água*. Disponível [aqui](#).

<sup>53</sup> Decreto-Lei n.º 166/2019. Estabelece o regime jurídico da atividade profissional do marítimo. Diário da República Eletrónico. Disponível [aqui](#).

<sup>54</sup> Tița-Călin, I. (2023, 26 de fevereiro). Agențiile de crewing au salvat România să nu dispară de pe harta navigației maritime. *Cuget Liber*. Disponível [aqui](#).



# Jovens envolvidos no sistema de Justiça e a Economia Azul



## Desbloquear o Potencial dos Jovens para Colmatar as Lacunas de Emprego na Economia Azul

Prevê-se que a EA europeia, que atualmente sustenta cerca de 5,4 milhões de postos de trabalho, duplique a sua oferta de emprego até 2030. Apesar deste crescimento promissor, continua a existir um desafio crucial: atrair os jovens para as carreiras marítimas. As empresas do setor lutam para encontrar a mão de obra necessária, enquanto a UE se debate com cerca de 14 milhões de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos que não estudam, não trabalham, nem seguem qualquer formação (NEET), estando muitos mais em risco devido ao abandono escolar precoce, a dificuldades de entrada no mercado de trabalho ou a problemas pessoais<sup>7</sup>.

A luta contra o desemprego dos jovens e a integração da população jovem da Europa no mercado de trabalho é uma prioridade da agenda política da UE<sup>55</sup>. Neste sentido, a EA pode ajudar significativamente a transição dos jovens do ensino para o emprego. À medida que as economias avançam, verifica-se uma transição de atividades de baixa produtividade, como a agricultura tradicional, para atividades de maior produtividade, como a pesca e a aquicultura. Esta mudança é especialmente crucial para os jovens, oferecendo-lhes a possibilidade de desempenharem funções mais especializadas e produtivas<sup>56</sup>.

O setor é também uma fonte de emprego vital para os jovens rurais, que estão representados de forma mais significativa nestas profissões do que os seus homólogos adultos. É de salientar que o emprego dos jovens na EA é predominantemente encontrado em empregos pouco qualificados, especialmente em países de baixo rendimento<sup>57</sup>. No entanto, as tendências emergentes, como a digitalização, a inovação tecnológica e a economia circular, estão a alterar os requisitos de competências nos setores azuis tradicionais e emergentes. Isto sublinha a necessidade premente de desenvolver estas competências, uma vez que cerca de 30% das empresas do setor das energias renováveis offshore referem dificuldades em encontrar trabalhadores com as competências necessárias. A atualização de competências e a reconversão dos jovens são essenciais para colmatar esta lacuna e libertar todo o potencial de emprego da EA<sup>62</sup>.

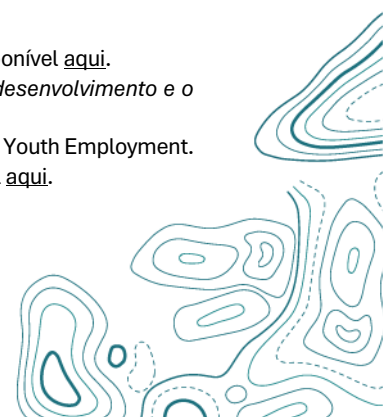
A atratividade das carreiras azuis para os jovens é outro obstáculo significativo. Em alguns países europeus, setores como a construção naval enfrentam o envelhecimento da mão de

---

<sup>55</sup> Sándor, E. (n.d.). *NEETs*. Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho. Disponível [aqui](#).

<sup>56</sup> Datta, N., Nico, G., Melchor, M. (2023, 27 de novembro). *Como pode a economia azul impulsionar o desenvolvimento e o emprego para os jovens?* Blogues do Banco Mundial. Disponível [aqui](#).

<sup>57</sup> Grupo do Banco Mundial Empregos (2023). *Economia Azul: Structural Transformation & Implications for Youth Employment. Soluções para o Emprego dos Jovens (S4YE)*. Série de Notas de Discussão Temática. Edição 6. Disponível [aqui](#).



obra, enquanto em muitos países em desenvolvimento, os jovens estão a afastar-se dos setores azuis tradicionais, como a pesca artesanal. Estes empregos são frequentemente vistos como tradicionais, de mão de obra intensiva e menos lucrativos, o que os torna pouco atrativos para os jovens<sup>62</sup>.

Tendo em conta a necessidade crescente de mão de obra na EA, bem como o potencial que uma carreira num dos seus setores oferece aos jovens, é de notar que **o apoio a empregos na EA para jovens envolvidos com a justiça pode trazer benefícios substanciais tanto para as organizações como para os jovens**. A integração de jovens envolvidos com a justiça pode ajudar a colmatar o défice de emprego na EA, fornecendo um conjunto de jovens motivados e prontos para se envolverem em empregos significativos. Além disso, pode servir como uma intervenção fundamental para **reduzir a reincidência e apoiar a reintegração na sociedade**, uma vez que estudos mostram que um fator determinante para uma reintegração bem-sucedida dos jovens envolvidos no sistema de justiça é o envolvimento produtivo na escola ou no trabalho<sup>58</sup>.

A participação em empregos na EA pode proporcionar aos jovens envolvidos no sistema de justiça um ponto de viragem na rutura com o seu passado criminal, oferecendo uma fonte legal de rendimento e uma rotina com maior responsabilidade e compromisso com valores pró-sociais<sup>59</sup>. Por sua vez, a EA beneficia de uma força de trabalho mais diversificada, colmatando a falta de mão de obra e reforçando o crescimento setorial. Uma vez que a EA tem um vasto potencial para o emprego dos jovens, **a resolução da escassez de competências, a melhoria da atratividade das carreiras azuis e a sensibilização dos jovens são passos fundamentais para envolver a juventude europeia neste setor vibrante e em crescimento**.

## Delimitação do Âmbito: Jovens Envolvidos no Sistema de Justiça

Esta secção é dedicada a apresentar uma visão geral do perfil dos jovens envolvidos no sistema de justiça analisados nos cinco países do Consórcio, permitindo que as nuances relacionadas com os múltiplos contextos sociais sejam consideradas na interpretação da informação sobre os jovens envolvidos nos diferentes sistemas de justiça.

Além disso, é de salientar que, no caso destes jovens, a recolha e partilha de dados pelos organismos oficiais varia de país para país, o que coloca desafios à análise comparativa. Por

---

<sup>58</sup> Clark, H. G., Mathur, S. R., Ott, M., & Mctier, T. S. (2020). Percepções do empregador sobre a contratação de jovens com antecedentes criminais. *Justiça Criminal e Comportamento*, 47(9), 1156-1175. doi:[10.1177/0093854820919914](https://doi.org/10.1177/0093854820919914)

<sup>59</sup> Mathur, S., Clark, H., Grayson, A., & Robertson, K. (2023). Preparando a justiça envolveu jovens para a transição: Percepções do empregador. *Children and Youth Services Review*, 155(C). doi:[10.1016/j.childyouth.2023.107270](https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2023.107270)



esse motivo, procurou-se apresentar os dados estatísticos mais recentes disponíveis em cada país, de forma a fornecer uma descrição o mais atualizada e abrangente possível.

## Grupos Etários

No que diz respeito aos grupos etários, a imagem abaixo fornece uma visão geral do estado atual do encarceramento de jovens nos países europeus do Consórcio, nomeadamente Portugal, Países Baixos, Itália, Chipre e Roménia.

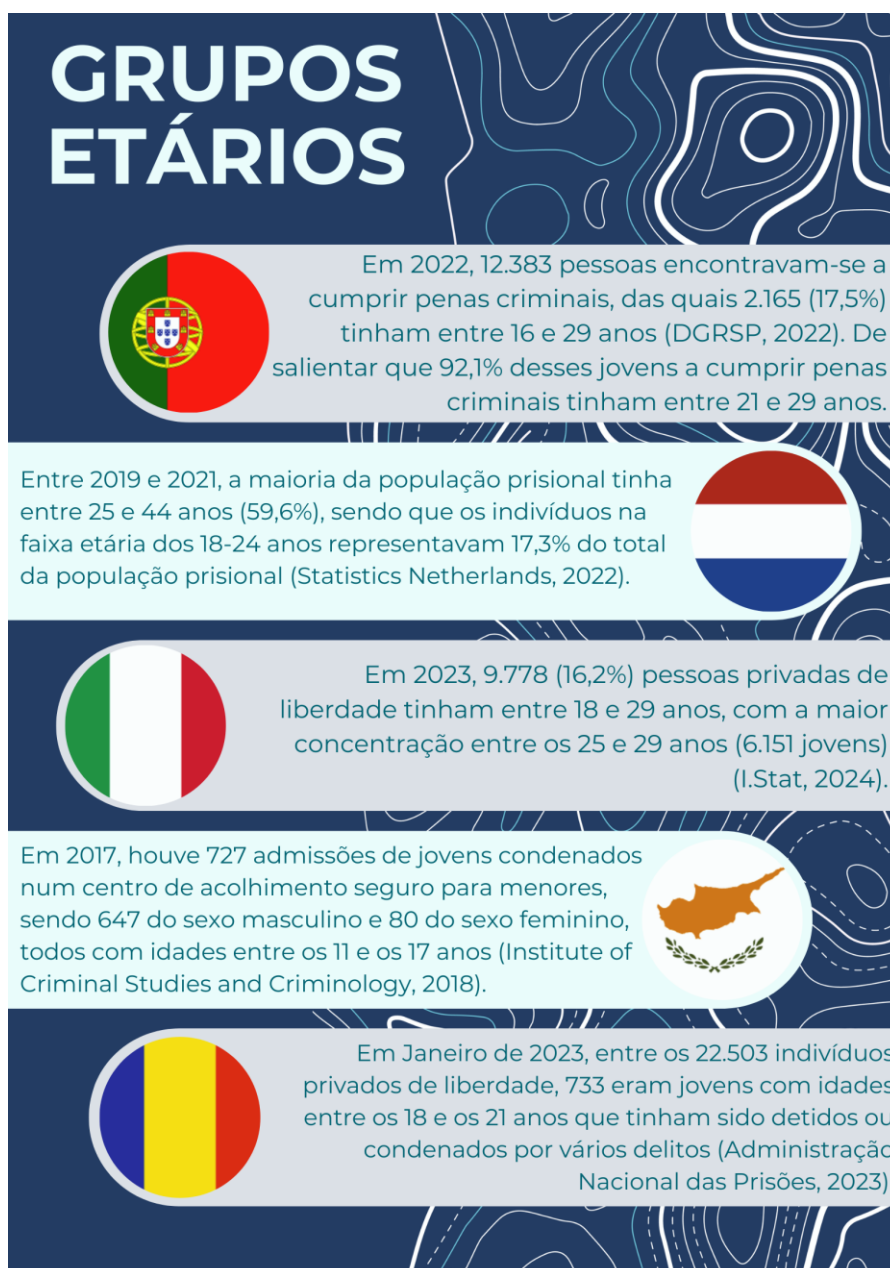


Figura 4. Panorama das estatísticas de encarceramento de jovens em Portugal, Países Baixos, Itália, Chipre e Roménia

## Níveis de Literacia e Experiência Profissional

Apesar das diferenças na taxa global de encarceramento e na percentagem da população prisional composta por jovens em cada país<sup>60</sup>, os dados recolhidos mostram que o perfil dos jovens em conflito com a lei nos países do Consórcio apresentam semelhanças, com uma proporção significativa deste grupo demográfico a apresentar um historial de insucesso escolar e, conseqüentemente, um nível de literacia inferior ao da população geral na mesma faixa etária, bem como poucas experiências de trabalho e competências relacionadas com o emprego.

Neste sentido, o nível de educação dos jovens envolvidos no sistema judicial no **Chipre** é geralmente baixo, uma vez que muitos deles têm dificuldades de comunicação, apresentam resultados académicos baixos e têm um historial de exclusão escolar, o que leva a uma falta de interesse pelos estudos. De acordo com o Office for National Statistics<sup>61</sup>, apenas 36,9% dos jovens adultos que foram condenados a penas privativas de liberdade numa instituição juvenil fechada alcançaram o nível esperado de inglês e matemática no final da escola primária, em comparação com 72,4% dos jovens não envolvidos no sistema judicial. Além disso, os parceiros observaram, durante as entrevistas com as partes interessadas no Chipre, que, embora ainda não esteja bem documentado, as barreiras linguísticas podem afetar a experiência dos jovens em conflito com a lei no sistema judicial, uma vez que os migrantes, refugiados ou membros de grupos étnicos minoritários podem ter dificuldades em comunicar em grego ou inglês. No que respeita à sua experiência profissional, de acordo com a política cipriota em matéria de criminalidade juvenil<sup>62</sup>, apenas 20% dos jovens envolvidos com a justiça, com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, estavam empregados em 2019 no país, em comparação com 32% da população em geral na mesma faixa etária.

O mesmo cenário reflete-se nos outros países da parceria. Nos **Países Baixos**, uma grande parte da população jovem envolvida no sistema de justiça tem um historial de interrupção da escolaridade e tem poucos ou nenhuns certificados ou certificações. Poucos jovens envolvidos com a justiça no país têm experiência de trabalho anterior e, conseqüentemente, a maioria deles não possui várias competências relacionadas com o trabalho.

Em **Portugal**, embora as estatísticas oficiais não distingam o nível de escolaridade em cada grupo etário, verifica-se que a maioria das pessoas privadas de liberdade tem apenas o nível básico de ensino (74,2%), enquanto apenas 14,6% concluíram o ensino secundário<sup>63</sup>. Não

---

<sup>60</sup> World Prison Brief (WPV) (n.d.) *Dados do World Prison Brief - Europa*. Disponível [aqui](#).

<sup>61</sup> Instituto Nacional de Estatística (2022). *Dados e análises dos Censos 2021*. Disponível [aqui](#).

<sup>62</sup> EUCPN (2021). *Política cipriota em matéria de criminalidade juvenil*. Disponível [aqui](#).

<sup>63</sup> Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2022). *Estatísticas e Indicadores Prisionais*. Disponível [aqui](#).



foram encontradas informações disponíveis ao público sobre a experiência profissional das pessoas privadas de liberdade no país.

De acordo com a informação recolhida junto às partes interessadas durante as sessões consultivas na **Roménia**, os níveis de educação dos jovens envolvidos no sistema de justiça no país são diversos, variando entre casos de analfabetismo funcional ou total e casos de jovens com diplomas do ensino secundário ou superior. Em muitos casos, o nível de alfabetização não está de acordo com o expectável para a idade, correspondendo a um nível de escolaridade inferior ao normalmente associado à faixa etária. Além disso, muitos jovens em conflito com a lei no país não têm experiência de trabalho, especialmente aqueles que são menores de idade e provenientes de sistemas de proteção que não dispõem de estruturas de apoio adequadas.

Em **Itália**, as pessoas privadas de liberdade tendem a ter um nível de escolaridade inferior em comparação com a média nacional. De acordo com os dados do ISTAT de dezembro de 2021, 15,9 % da população com mais de 15 anos no sistema judicial não tinha habilitações literárias ou tinha apenas um diploma do ensino primário<sup>19</sup>. Um dos principais fatores que contribuem para esta lacuna educacional é a prevalência do trabalho infantil no país, particularmente entre os jovens envolvidos no sistema de justiça. Cerca de 40% dos menores e jovens adultos acolhidos pelos Serviços de Justiça Juvenil referiram ter trabalhado antes de atingirem a idade legal para trabalhar. Esta experiência de trabalho precoce é muitas vezes paralela às suas experiências educativas conturbadas, marcadas por interrupções frequentes, sentimentos de fracasso e emoções como a impotência, a inadequação, a frustração e a raiva<sup>64</sup>.

## Oportunidades de Educação e Formação existentes nas Instituições de Justiça Juvenil

Em resposta às necessidades de formação e profissionalização da população de jovens em contacto com o Sistema de Justiça, as ofertas educativas e as oportunidades de trabalho estão presentes na maioria dos contextos nacionais analisados, embora a informação detalhada sobre o conteúdo dos programas não esteja geralmente disponível para consulta pública.

No caso dos jovens em conflito com a lei no **Chipre**, embora não exista muita informação disponível sobre a oferta formativa, durante as entrevistas e reuniões realizadas com as partes interessadas relevantes no país, verificou-se que alguns dos programas disponíveis incluem competências para a vida, gestão da raiva, sensibilização sobre o uso de drogas e cursos profissionais como **carpintaria, jardinagem e restauração**. É de notar, no entanto, que a disponibilidade e a qualidade destes programas podem variar consoante o tipo e a localização dos estabelecimentos de justiça penal, os recursos e o pessoal, bem como as necessidades e

---

<sup>64</sup> Save the Children (2023). Non è un Gioco: Indagine sul lavoro minorile in Italia. Disponível [aqui](#).

os interesses individuais dos jovens.

Nos **Países Baixos**, os jovens que se encontram no sistema judicial são obrigados a seguir uma forma de ensino, de aprendizagem ou de orientação profissional<sup>65</sup>. A maior parte dos jovens envolvidos no sistema de justiça seguem um ensino prático, que consiste em cursos de ensino secundário pré-profissional (VMBO) e de ensino secundário profissional (MBO). Alguns jovens frequentam o ensino secundário geral sénior (HAVO) e o ensino pré-universitário (VWO)<sup>76</sup>. O ensino neerlandês nas instituições de justiça juvenil (JJI) tem três perfis de saída diferentes: A - Assistência diurna / B - Trabalho (protegido) / C - Ensino superior. O programa de atividades diurnas do perfil de saída centra-se principalmente nas **competências de autossuficiência**. Para além dos cursos de competências de autossuficiência, o programa do perfil de saída para o trabalho centra-se nas **competências profissionais e nos diplomas de certificação**, como os diplomas de soldadura<sup>76</sup>.

Em **Portugal**, no que respeita a programas de formação para pessoas envolvidas no sistema de justiça em geral, foram organizadas 212 sessões de formação em 2021, com uma duração de 72152 horas e abrangendo 2416 pessoas privadas de liberdade. Nos próximos anos, as autoridades portuguesas preveem que estes números aumentem para abranger 3500 adultos e jovens envolvidos no sistema de justiça<sup>66</sup>. Tanto no âmbito dos centros educativos para jovens como no âmbito dos estabelecimentos prisionais, são realizados cursos de dupla certificação em parceria com o Ministério da Educação português. A formação ministrada abrange tanto a população adulta privada de liberdade como os jovens do sistema de justiça juvenil, e compreende várias modalidades, tais como 1) Cursos de Educação e Formação de Adultos, que conferem dupla certificação, escolar e profissional, ao nível 2 e ao nível 4 do Catálogo Nacional de Qualificações; 2) Cursos Modulares de Formação Certificada, baseados nos referenciais de formação de nível 2 e 4 do Catálogo Nacional de Qualificações; 3) Cursos Modulares de Formação Certificada para o Empreendedorismo, que visam a capacitação para a criação de autoemprego e/ou gestão de carreiras; 4) Cursos de formação "Formar para Integrar", que promovem o desenvolvimento de um iniciativa de vida e a motivação para investir na aprendizagem ao longo da vida. Estes últimos destinam-se a grupos particularmente complexos ou indecisos quanto à aceitação das propostas de formação existentes<sup>77</sup>.

Na **Roménia**, de acordo com as partes interessadas presentes nas sessões de consulta, as intervenções educativas são moldadas pelas necessidades identificadas dos jovens envolvidos na justiça e orientadas por quadros legislativos específicos<sup>67</sup>. Os programas de formação personalizados que abordam competências fundamentais, como a leitura e a escrita, a

---

<sup>65</sup> Agência das Instituições de Custódia (2021). *Obter o seu diploma num centro de detenção juvenil, é possível!* Disponível [aqui](#).

<sup>66</sup> Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2022). *Mais de 2.400 reclusos receberam formação profissional em 2021*. Disponível [aqui](#).

<sup>67</sup> Regulamento sobre a organização e o funcionamento da Administração Nacional das Penitenciárias, de 08.01.2018

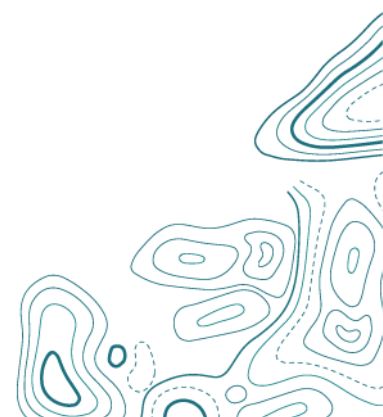




prevenção do álcool e das drogas e a gestão da raiva, juntamente com cursos de qualificação, tentam satisfazer as necessidades educativas dos jovens, embora a oferta possa ser limitada. No entanto, continuam a existir dificuldades em garantir instrutores para o ensino nas prisões. Além disso, existem oportunidades de trabalho para os jovens no âmbito do sistema judicial, com empregadores internos e externos a oferecerem oportunidades. Após o retorno para a comunidade, alguns podem continuar as suas atividades profissionais no mesmo contexto, muitas vezes em funções não qualificadas. Existem também vantagens fiscais específicas para as empresas que empregam indivíduos com histórico de envolvimento com o sistema de justiça.

Em **Itália**, por outro lado, foi identificada uma ausência de legislação destinada a garantir a formação dos jovens em conflito com a lei que se encontram em instituições do sistema de justiça juvenil. De acordo com a Lei n.º 354/1975 e a Lei Gozzini e Smuraglia, os programas existentes são desenvolvidos e aplicados à população privada de liberdade em instituições para adultos, com a formação profissional para jovens a ser oferecida principalmente através de iniciativas regionais, o que resulta em lacunas no processo de reinserção dos menores em comparação com os adultos.

Apesar da existência de programas educativos e de formação profissional para jovens em conflito com a lei em vários países europeus, até à data, nenhum deles oferece formação especificamente destinada a dotar estes indivíduos de competências relevantes para o EA. No Chipre, os programas centram-se em competências para a vida, gestão da raiva, sensibilização sobre o uso de drogas e cursos profissionais como carpintaria e restauração. Os Países Baixos oferecem educação prática, formação profissional e competências de autossuficiência, com oportunidades de certificação em áreas como a soldadura. Portugal oferece cursos de dupla certificação e formação modular, incluindo empreendedorismo, em parceria com o Ministério da Educação. A Roménia oferece programas de formação personalizados que abordam as competências fundamentais e os cursos de qualificação, embora a contratação de instrutores continue a ser um desafio. A Itália não dispõe de legislação que garanta a formação profissional dos jovens em estabelecimentos do sistema de justiça juvenil, baseando-se em iniciativas regionais. Estes programas existentes, embora benéficos, não abordam as competências específicas necessárias para o emprego no setor da EA. **Assim, existe um elevado potencial para que os jovens em conflito com a lei desenvolvam competências relevantes através de formação e apoio específicos, promovendo um processo de reinserção social bem-sucedido.**

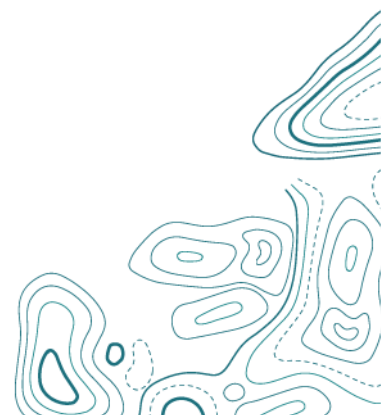




Co-funded by  
the European Union

# Perfis de Competências Turning Blue





# Perfis de Competências Turning Blue



Figura 5. Perfis de competências a azul para os 4 setores-chave identificados

## Competências e Aptidões Gerais para uma Carreira Azul

Esta secção delinea as aptidões e competências necessárias para que os jovens talentos visados pela iniciativa Turning Blue se integrem com êxito no mercado da EA (p. 30), facilitando assim a sua reintegração social e contribuindo para impulsionar o desenvolvimento económico regional. O Perfil de Competências alinha as capacidades dos jovens com as expectativas deste mercado específico, fornecendo uma visão global das competências técnicas e transversais necessárias, permitindo uma maior sensibilização, desenvolvimento da formação, colocação profissional e perspetivas de carreira na EA.

De acordo com o Quadro Europeu de Qualificações (QEQ)<sup>68</sup>, a **competência** refere-se à capacidade demonstrada de aplicar conhecimentos, aptidões e atributos pessoais em cenários de crescimento profissional e pessoal, marcados por vários graus de responsabilidade e autonomia. Embora "aptidão" e "competência" sejam frequentemente utilizadas de forma indistinta, têm significados diferentes. A **aptidão** denota geralmente proficiência em métodos ou ferramentas específicas no âmbito de tarefas e contextos definidos, ao passo que a **competência** abrange um domínio mais vasto, demonstrando a capacidade de um indivíduo para navegar em situações desconhecidas e obstáculos inesperados com autossuficiência, recorrendo aos conhecimentos e aptidões adquiridos<sup>69</sup>.

Embora os jovens em conflito com a lei nos países analisados enfrentem frequentemente desafios como baixos níveis de alfabetização e experiência de trabalho limitada, muitos foram inscritos em várias atividades de formação para melhorar as suas competências de empregabilidade. Estes programas de formação, embora variem em termos de disponibilidade e profundidade, incluem competências para a vida, cursos vocacionais e oportunidades de certificação profissional. Embora muitas profissões exijam competências específicas, há um reconhecimento crescente da importância das aptidões e competências genéricas. Muitas vezes designadas por competências transferíveis, intersetoriais, essenciais ou transversais, estas são consideradas essenciais no atual panorama da força de trabalho<sup>70</sup>.

No ambiente dinâmico da EA, um conjunto diversificado de competências parece indispensável para o sucesso. Para além dos conhecimentos técnicos, as partes interessadas do setor marítimo nos Países Baixos<sup>71</sup> destacam as competências transversais valorizadas, como a

---

<sup>68</sup> Comissão Europeia (n.d.). *Quadro Europeu de Qualificações (QEQ)*. Disponível [aqui](#).

<sup>69</sup> Comissão Europeia (n.d.). *Competência*. Disponível [aqui](#).

<sup>70</sup> Pita et al. (2015). Necessidades de competências genéricas para o emprego de licenciados na aquicultura, pescas e setores afins na Europa. *Aquacult Int*, 23, 767-786. doi:[10.1007/s10499-014-9843-x](https://doi.org/10.1007/s10499-014-9843-x)

<sup>71</sup> Informação obtida a partir de um inquérito preenchido pelas partes interessadas durante as sessões consultivas realizadas nos Países Baixos em 1<sup>st</sup> de março de 2024, no âmbito da Iniciativa Turning Blue.



**motivação, a perseverança, a paixão e a disciplina.** A **motivação** destaca-se como uma das principais características procuradas nos jovens profissionais que enveredam por esta via. O reconhecimento destas qualidades sublinha uma mudança para uma abordagem mais holística da aquisição de competências, reconhecendo o papel fundamental desempenhado pelos atributos pessoais na promoção do sucesso na EA.

Além disso, os debates conduzidos pela Agência de Execução Europeia para o Clima, as Infraestruturas e o Ambiente (CINEA)<sup>72</sup> sublinham a natureza multifacetada da procura de competências na EA. Embora as competências técnicas continuem a ser cruciais, há uma ênfase crescente nas **competências transversais**, como a **comunicação, a resolução de problemas e o espírito empresarial**. Este reconhecimento sublinha a interligação de vários domínios de competências e a necessidade de os jovens se adaptarem à evolução da procura. medida que a EA continua a evoluir em consonância com iniciativas mais amplas, como o Pacto Ecológico Europeu<sup>42</sup>, torna-se cada vez mais evidente que os jovens que aspiram a trabalhar neste domínio devem cultivar um conjunto diversificado de competências para prosperar.

## Conhecimentos Específicos

Com base nos setores transversais da EA acima referidos, identificados durante a avaliação do mercado, as competências e aptidões específicas do setor são descritas a seguir para **Pescas e Aquicultura, Serviços Marítimos e Turismo, Transporte Marítimo e Trabalho Portuário**.



### Pesca e Aquicultura

A **pesca** refere-se a todo o setor da captura, transformação e venda de peixe, que também inclui a conservação, o armazenamento, o transporte e a comercialização de peixe e produtos da pesca<sup>7</sup>. A UE não dispõe de uma norma uniforme para a formação e certificação dos pescadores em termos de saúde e segurança a bordo, o que dá origem a requisitos diferentes nos Estados-Membros. Esta divergência coloca desafios à mobilidade dos pescadores e dificulta o cumprimento dos mandatos legais de formação, o que pode constituir um obstáculo à livre circulação legal da mão de obra na UE, bem como ser potencialmente um fator de práticas ilegais e abusivas<sup>73</sup>.

<sup>72</sup> Agência de Execução para o Clima, as Infraestruturas e o Ambiente (CINEA) (2022). Sinergias e agrupamentos entre iniciativas marítimas. Disponível [aqui](#).

<sup>73</sup> Ackermann et al. (2018). Investigação para a Comissão PECH - Formação de Pescadores. Parlamento Europeu, Departamento Temático das Políticas Estruturais e de Coesão, Bruxelas. Disponível [aqui](#).



Além disso, a profissão de pescador implica também percursos distintos, consoante o tipo de pesca e a função pretendida. Para os que aspiram a ser pescadores polivalentes, nalguns países, como os Países Baixos, é necessária uma formação de quatro anos, que culmina com a obtenção do estatuto de oficial marítimo com qualificações abrangentes em matéria de pesca. Isto permite-lhe navegar navios de pesca de qualquer dimensão em águas ilimitadas.

Em alternativa, um curso de pesca de dois anos é suficiente para operar um navio de pesca dentro dos limites especificados em termos de comprimento, potência de propulsão e águas navegáveis. Dada a pequena dimensão das tripulações a bordo dos cúteres, espera-se normalmente que tenham concluído o ensino. Nos arrastões pelágicos, a entrada em funções de transformação pode ser possível sem educação formal, embora cada pescador deva possuir um certificado válido de aptidão médica e provas de ter concluído uma formação básica de segurança reconhecida para o pessoal dos navios de pesca. Mais uma vez, é importante notar que as regras gerais podem variar consoante os Estados-Membros.

Alguns dos requisitos básicos para posições de nível de entrada neste setor podem incluir, mas não estão limitados a <sup>74,75</sup>:

- Formação básica em segurança
- Aptidão física
- Controlos médicos
- Formação em primeiros socorros médicos
- Formação avançada de combate a incêndios
- Proteção dos navios (com exceção dos navios de pesca e dos navios que se destinam exclusivamente à navegação interior).

Por último, é importante notar que, de acordo com a Convenção sobre o Trabalho Marítimo<sup>76</sup>, **nenhuma pessoa com menos de 16 anos pode ser empregada ou contratada para trabalhar num navio.**

**A aquicultura** está a emergir rapidamente como um ator fundamental na produção alimentar, contribuindo significativamente para o abastecimento global de peixe para consumo<sup>7</sup>. Para além do seu impacto económico, a aquicultura tem potencial para gerar emprego e promover o desenvolvimento económico, em especial nas comunidades costeiras e rurais da UE. Além disso, está alinhada com objetivos ambientais mais amplos, como a descarbonização, a atenuação das alterações climáticas, a redução da poluição e a preservação dos ecossistemas, em consonância com os objetivos delineados na Estratégia de Biodiversidade e

---

<sup>74</sup> Organização Marítima Internacional (2000). Convenção Internacional sobre Normas de Formação, Certificação e Serviço de Quartos para os Marítimos, 1978. Disponível [aqui](#).

<sup>75</sup> Federação Internacional dos Trabalhadores dos Transportes (n.d.). STCW - Um Guia para os Marítimos. Disponível [aqui](#).

<sup>76</sup> Organização Internacional do Trabalho (n.d.). *Convenção sobre o Trabalho Marítimo*, 2006. Disponível [aqui](#).



no plano de ação "Poluição Zero" para um ambiente sem substâncias tóxicas<sup>77</sup>. A promoção de um setor aquícola inovador implica o desenvolvimento das competências necessárias. Isto implica a promoção de currículos e conhecimentos especializados no domínio da aquicultura, como a oferta de formação especializada em saúde dos peixes para os operadores da aquicultura. Além disso, devem ser implementados programas de formação ao longo da vida para dotar os agricultores de abordagens inovadoras no setor da aquicultura<sup>96</sup>.

Neste sentido, uma força de trabalho com diversas competências é imperativa para facilitar o crescimento futuro das operações das explorações aquícolas, o que inclui a proficiência em **tecnologias de informação**, permitindo aos trabalhadores gerir eficazmente a monitorização e controlo remoto das instalações de produção, independentemente do foco específico da exploração<sup>78</sup>. Para além disso, **as competências tradicionais de manutenção** continuarão a ser essenciais para garantir o bom funcionamento do equipamento das explorações, enquanto um **conhecimento abrangente da biologia aquática, nutrição, saúde dos peixes e condições ambientais** se tornará cada vez mais vital. Os empregados devem ser capazes não só de introduzir dados sobre parâmetros críticos, mas também possuir os conhecimentos necessários para interpretar e utilizar eficazmente esses dados nos processos de tomada de decisão<sup>79</sup>.

Para além das competências técnicas acima descritas, as seguintes características são também valorizadas nos candidatos do setor da aquicultura<sup>7</sup>:

- Boa saúde geral e força física
- Acuidade visual ou auditiva
- Capacidade de distinguir as cores (visão cromática)
- Sentido de equilíbrio
- Competências de comunicação eficazes
- Forte capacidade de trabalho em equipa e de seguir instruções
- Atenção aos pormenores
- Fortes capacidades de observação



## Serviços Marítimos e Turismo

As regiões costeiras da UE estão entre as principais escolhas dos turistas europeus e internacionais, o que faz dos **serviços marítimos e do turismo** o maior setor da economia azul da UE e o de mais rápido crescimento, tanto em termos de VAB como de emprego. Esta

---

<sup>77</sup> Comissão Europeia (2021). *Orientações estratégicas para uma aquicultura da UE mais sustentável e competitiva no período de 2021 a 2030*. Disponível [aqui](#).

<sup>78</sup> Li, C., & Li, D. (2020). Aquicultura inteligente. *Jornal da Sociedade Mundial de Aquicultura*, 51(4), 808-814.

<sup>79</sup> Engle, C. R. (2021), The workforce needed to support future growth of aquaculture. *J World Aquac Soc*, 52, 768-771. doi:10.1111/jwas.12838





tendência é particularmente acentuada no Sul da Europa, onde o turismo representa uma parte substancial das receitas nacionais globais. No entanto, vale a pena notar que as zonas costeiras também enfrentam uma sazonalidade notável, com a procura turística a atingir o seu pico durante os meses de verão, normalmente julho e agosto<sup>25</sup>.

Apesar dos contratemplos sofridos durante a pandemia de COVID-19, o setor do turismo está a recuperar progressivamente. O principal desafio consiste em otimizar o potencial do turismo costeiro e marítimo para gerar benefícios económicos sustentáveis. Sendo a atividade marítima mais importante da UE, os serviços marítimos e o turismo têm uma importância fundamental para a economia europeia. A competitividade do setor funciona como uma força motriz do crescimento sustentável, das oportunidades de emprego e da coesão social em toda a região<sup>80</sup>.

O setor oferece diversas possibilidades profissionais. Desde as atividades de lazer ao longo da costa, como o turismo de praia, os passeios costeiros, a observação da vida selvagem e os serviços de hotelaria, até às atividades no domínio marítimo, como os desportos náuticos, o mergulho e os cruzeiros<sup>25</sup>, este setor oferece um vasto leque de oportunidades.

Consequentemente, a variedade de empregos no setor pode exigir uma série de competências e qualificações específicas, bem como certificações, adaptadas a cada função e a cada contexto nacional. No entanto, algumas das competências transversais valorizadas no setor dos serviços marítimos e do turismo incluem<sup>81</sup>:

- Gestão de pessoas
- Serviço ao cliente
- Comunicação
- Proficiência linguística (inglês e/ou outra língua estrangeira)
- Trabalho em equipa
- Competências de organização
- Atenção aos pormenores



## Transporte Marítimo

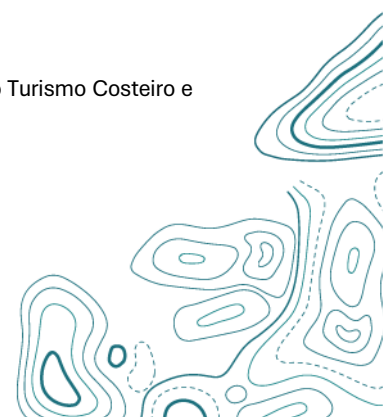
O transporte marítimo é um setor complexo que envolve o transporte de bens e pessoas por mar, oferecendo uma vasta gama de oportunidades de emprego para os interessados em trabalhar no mar. O setor do transporte marítimo inclui os seguintes subsectores, de acordo com o Observatório da Economia Azul da UE<sup>82</sup>:

---

<sup>80</sup> Skills 4 CMT (2021). Relatório de síntese: Desenvolvimento de Competências Específicas do Setor do Turismo Costeiro e Marítimo. Disponível [aqui](#).

<sup>81</sup> Iniciativa Geração Azul (n.d.). *Turismo Costeiro*. Disponível [aqui](#).

<sup>82</sup> Comissão Europeia (n.d.). *Transporte marítimo*. Disponível [aqui](#).



1. Transporte de passageiros: transporte marítimo e costeiro de passageiros e transporte fluvial de passageiros;
2. Transporte de mercadorias: transporte marítimo e costeiro de mercadorias e transporte fluvial de mercadorias;
3. Serviços de transporte: aluguer e arrendamento de material de transporte aquático.

De acordo com o Observatório da Economia Azul da UE<sup>102</sup>, em 2022, cerca de 12 mil milhões de toneladas de mercadorias comercializadas foram transportadas por via marítima, representando cerca de 49% do comércio total, quase o dobro da proporção transportada por via aérea (26%). Em termos de mercadorias transportadas para dentro e para fora da UE, a maioria é transportada por mar. Em 2021, 74% do total das importações e exportações de mercadorias da UE foram transacionadas por via marítima<sup>25</sup>. Quanto ao transporte de passageiros, este desempenhou um papel fundamental no reforço da economia do setor até 2019, com cerca de 400 milhões de passageiros a embarcar e desembarcar nos portos da UE todos os anos. No entanto, o início da pandemia de COVID-19 em 2020 trouxe um declínio significativo, com este número a cair para cerca de 230 milhões<sup>25</sup>.

Em termos de emprego, em 2020, o subsetor dos serviços de transporte empregava cerca de 181700 pessoas na UE, representando 49% dos postos de trabalho, enquanto o transporte de passageiros empregava 97000 pessoas (26%) e o transporte de mercadorias 92900 pessoas (24%)<sup>25</sup>. Quando se considera o conjunto de competências necessárias neste domínio, é evidente que, apesar da natureza de alta tecnologia das operações dos navios, os marítimos devem manter uma ligação com o ambiente natural em que operam e aderir aos princípios básicos da navegação marítima<sup>83</sup>.

Para além da já referida idade mínima exigida para trabalhar num navio<sup>31</sup>, alguns requisitos básicos para trabalhar neste setor podem incluir, mas não se limitam a<sup>84</sup>:

- Aptidão física
- Capacidade de trabalhar em condições exigentes
- Proficiência linguística (consoante o local de trabalho, pode ser exigida proficiência em inglês ou noutra língua)
- Adaptabilidade
- Trabalho em equipa

Quanto às certificações obrigatórias, estas podem variar de país para país, bem como de acordo com cada cargo, mas podem incluir, entre outras<sup>96</sup>:

---

<sup>83</sup> Portal de Carreiras (n.d.). *Navegação e Transporte Marítimo*. Disponível [aqui](#).

<sup>84</sup> Crew Pages - Maritime Professional Network (n.d.). *O que é necessário para trabalhar no setor marítimo?* Disponível [aqui](#).



- Certificações STCW: A Convenção Internacional sobre Normas de Formação, Certificação e Serviço de Quartos para Marítimos (STCW) estabelece normas mínimas de qualificação para comandantes, oficiais e pessoal de quarto em navios de mar.
- Atestado médico
- Formação básica em segurança
- Formação de sensibilização para a segurança
- Certificado de Competência (CoC): Consoante o grau e as responsabilidades



## Trabalho Portuário

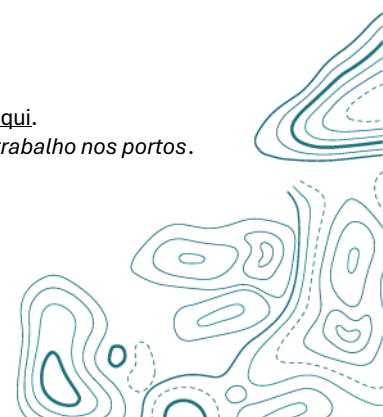
O setor **do trabalho portuário** é uma componente vital da economia europeia, constituindo uma infraestrutura fundamental de grande importância comercial e estratégica. Os portos facilitam a boa circulação de bens e pessoas em toda a Europa e apoiam uma gama diversificada de indústrias, incluindo a construção naval, os produtos químicos, a produção alimentar, a construção, o petróleo, a eletricidade, o aço, a transformação de peixe e o setor automóvel<sup>4</sup>.

No que respeita ao emprego, estima-se que o setor das atividades portuárias empregue cerca de 1,5 milhões de pessoas nos portos dos 22 Estados-Membros costeiros, abrangendo diferentes contratos de trabalho, incluindo os sazonais ou a tempo parcial. As atividades de carga e armazenamento representavam quase 60% do emprego total no setor em 2021, sendo os restantes 40% relativos ao setor dos projetos portuários e fluviais<sup>85</sup>.

É importante notar que, historicamente, os portos funcionavam como terminais de carga geral que exigiam um manuseamento manual extensivo de unidades não normalizadas, um processo que consumia muito tempo e exigia muito esforço físico dos trabalhadores. Atualmente, os portos dispõem de vários terminais especializados equipados com maquinaria moderna, transporte mecanizado e sistemas de controlo digitalizados. Embora os terminais de carga geral contemporâneos ainda necessitem de manuseamento manual por mão de obra especializada, a maior parte da carga passa agora por terminais especializados com equipamento de manuseamento avançado, garantindo eficiência e segurança. Neste sentido, a natureza do trabalho portuário passou da força física para a competência, com os trabalhadores portuários modernos altamente treinados para operar maquinaria complexa, como gruas de pórtico, transportadores de carga e sistemas de transporte, e utilizam ferramentas digitais para inspecionar as mercadorias<sup>86</sup>.

<sup>85</sup> Comissão Europeia (n.d.). Observatório da Economia Azul da UE. *Atividades portuárias*. Disponível [aqui](#).

<sup>86</sup> Federação das Empresas e Terminais Portuários Privados Europeus - FEPORT (n.d.). *Prioridades de trabalho nos portos*. Disponível [aqui](#).



Os sistemas de formação nos terminais europeus variam consoante os Estados-Membros, refletindo abordagens nacionais, regionais e específicas das empresas. Atualmente, não existem regras específicas a nível da UE em matéria de formação dos trabalhadores portuários, com exceção da "Diretiva Terminais de Granéis", que impõe a formação em segurança do pessoal dos terminais de granéis sólidos. Neste sentido, em alguns países, os mandatos legais, contratuais ou factuais exigem formação específica para todos os trabalhadores, enquanto noutros, apenas os operadores de equipamento, como os condutores de guias, devem obter certificados de formação especiais. Além disso, na maioria dos Estados-Membros da UE, a formação é organizada por instituições nacionais, como uma autoridade portuária nacional ou uma escola de formação portuária, sendo também de referir a formação ministrada por empregadores individuais<sup>87</sup>.

A nível internacional, a Organização Internacional do Trabalho elaborou diretrizes gerais sobre a formação dos trabalhadores portuários e a saúde e segurança no trabalho (OIT 137 e OIT 152). De acordo com o artigo 38º da OIT 152, nenhum trabalhador pode ser empregado no Atividades portuárias sem ter recebido instrução ou formação adequada sobre os riscos potenciais inerentes ao seu trabalho e sobre as principais precauções a tomar. Além disso, o documento estabelece que os aparelhos de elevação ou outros equipamentos de movimentação de carga só devem ser utilizados por pessoas com pelo menos 18 anos de idade e que possuam as qualificações e a experiência necessárias, ou por pessoas que recebam formação devidamente supervisionada<sup>88</sup>.

Para além das certificações que podem ser exigidas em cada país para os diferentes cargos no setor das atividades portuárias, algumas das competências transversais dos trabalhadores portuários incluem, mas não se limitam a<sup>89,90</sup>:

- Competência na operação e gestão de equipamentos
- Trabalho em equipa
- Capacidades físicas (por exemplo, movimento e coordenação)
- Atenção aos pormenores
- Comunicação
- Competências de observação
- Destreza manual e manuseamento
- Conhecimentos básicos de informática e de dispositivos portáteis
- Compreensão dos protocolos de segurança

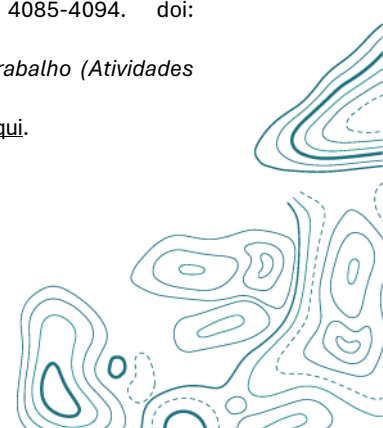
---

<sup>87</sup> Hinkka, V., Eckhardt, J., Permala, A., & Mantsinen, H. (2016). Mudança nas necessidades de formação dos trabalhadores portuários devido às tendências futuras. *Transportation Research Procedia*, 14, 4085-4094. doi: [10.1016/j.trpro.2016.05.506](https://doi.org/10.1016/j.trpro.2016.05.506)

<sup>88</sup> Organização Internacional do Trabalho (n.d.). *Convenção (n.º 152) sobre segurança e saúde no trabalho (Atividades portuárias) (1979)*. Disponível [aqui](#).

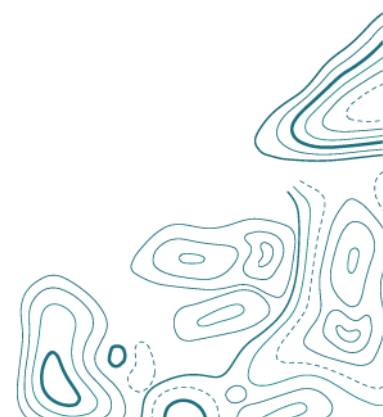
<sup>89</sup> Indeed (2024, abril). *Como se tornar um trabalhador de docas (com salário e habilidades)*. Disponível [aqui](#).

<sup>90</sup> Serviço Nacional de Carreiras (n.d.). *Operador portuário*. Disponível [aqui](#).



## Observações Finais

Este perfil de competências para os setores **das Pescas e Aquicultura, Transporte Marítimo, Serviços Marítimos e Turismo e Trabalho Portuário** realça a natureza multifacetada das oportunidades na EA. Desde os conhecimentos técnicos e as certificações obrigatórias até às competências transversais, como a motivação e a comunicação, o panorama evolutivo dos setores marítimos exige um conjunto diversificado de capacidades. Ao reconhecer a interligação de várias delas e ao sublinhar a importância da adaptabilidade, **o Perfil de Competências Turning Blue define as aptidões e competências em que os jovens em conflito com a lei devem investir para aumentar as suas hipóteses de prosperar na EA, bem como as áreas em que as instituições correccionais, as organizações educativas e as empresas interessadas na EA podem concentrar-se na oferta de formação e orientação a este público, contribuindo para o processo de reintegração social e para o desenvolvimento económico regional.** A vasta gama de oportunidades de emprego nestes quatro setores oferece um potencial significativo para que cada jovem motivado se envolva na EA. Com os programas de educação e formação adequados, podem assegurar um emprego que se alinhe com a sua formação académica e nível de competências.





Co-funded by  
the European Union

# Guia Turning Blue

Passos para alcançar uma  
carreira azul



## Potenciais Setores de Emprego

Com base numa análise exaustiva dos setores da EA e dos perfis dos jovens em conflito com a lei nos cinco países do Consórcio, incluindo as suas características e nuances distintas, os dados foram triangulados para identificar quais os setores que melhor poderiam aumentar a empregabilidade dos jovens talentos visados pela Iniciativa Turning Blue. Como mencionado anteriormente, após a análise de mercado detalhada realizada em cada país, bem como as sessões consultivas realizadas com as principais partes interessadas, quatro setores da EA surgiram como promissores (ou seja, têm o potencial de promover a empregabilidade) em todos eles: **Pescas e Aquicultura, Serviços Marítimos e Turismo, Transporte Marítimo e Trabalho Portuário.**

A presente secção tem por objetivo apresentar a lógica subjacente à seleção destes setores e delinear os potenciais desafios e oportunidades identificados durante a análise.

### Carreiras Azuis Atrativas para os Jovens

No Chipre, o turismo costeiro e marinho, as energias renováveis marinhas e a biotecnologia marinha<sup>91</sup> têm um elevado potencial de emprego de jovens em conflito com a lei. **O turismo costeiro e marinho (Serviços Marítimos e Turismo)**, que inclui hotéis, restaurantes, bares, atividades recreativas e atrações culturais e naturais relacionadas com o mar, é muito apelativo para os jovens vulneráveis, uma vez que é um dos maiores e mais dinâmicos setores da EA, contribuindo com mais de 60% do valor acrescentado total e do emprego. Este setor oferece diversas oportunidades de emprego para vários níveis de educação e de competências, tais como gestão hoteleira, posições culinárias, orientação turística e instrução de mergulho. Além disso, proporciona vias para o desenvolvimento de carreiras, o empreendedorismo e a inovação, particularmente no turismo sustentável e de nicho. Além disso, melhora o bem-estar social e ambiental das comunidades locais e dos ecossistemas marinhos, promovendo a diversidade cultural, a inclusão social e a consciencialização ambiental.

De acordo com o XI Rapporto sull'Economia del Mare<sup>19</sup>, um relatório anual **italiano** sobre a EA no país, os setores com a produção mais notável e também aqueles em que o interesse no emprego de jovens em conflito com a lei é principalmente direcionado são: **turismo costeiro e**

---

<sup>91</sup> A energia marinha renovável no Chipre tem um potencial de crescimento significativo devido às condições climáticas e geográficas favoráveis. Este setor requer uma combinação de competências técnicas e sociais, oferecendo salários competitivos, benefícios e oportunidades de aprendizagem e mobilidade em toda a UE. Apoia uma economia de baixo carbono, reduzindo as emissões, reforçando a segurança energética e beneficiando outros setores azuis. A biotecnologia marinha, apoiada por instituições como o Instituto Marinho e Marítimo de Chipre, é avançada e de vanguarda. Exige conhecimentos interdisciplinares em domínios como a biologia e a química e oferece carreiras estimulantes e gratificantes, com oportunidades de crescimento pessoal e profissional. Este setor cria valor social e económico ao desenvolver soluções sustentáveis para desafios globais como a prevenção de doenças e a segurança alimentar.



**marinho, transporte marítimo, indústria de construção naval<sup>92</sup> e pesca. O turismo costeiro e marítimo** inclui as atividades relacionadas com a hospitalidade de qualquer tipo (incluindo hotéis, aldeamentos turísticos, colónias marinhas, etc.), as relacionadas com a restauração, incluindo a bordo dos navios; o transporte marítimo refere-se ao transporte de bens e pessoas por água, tanto marítimo como costeiro, e as atividades de seguros e de intermediação relacionadas com os mesmos transportes e serviços logísticos; e **as pescas**, que são atividades relacionadas com a **pescas**, a transformação do pescado e a preparação de pratos à base de peixe, incluindo o comércio por grosso e a retalho relacionado.

A maior produtividade destes setores reflete o elevado potencial que podem ter no emprego de jovens em conflito com a lei, uma vez que muitos destes setores exigem qualificações e competências que os jovens podem adquirir através de cursos de formação de curta duração. Por outras palavras, um jovem em conflito com a lei pode facilmente encontrar interesse e resposta no **setor do turismo costeiro e marinho**. É o setor mais produtivo da EA porque se baseia no turismo, um recurso fundamental das províncias italianas. De acordo com os dados, este setor é o que emprega, em média, mais pessoal, o que se traduz em mais excelentes oportunidades de emprego para os jovens que podem aplicar as suas competências e desenvolver o seu potencial, sentindo-se envolvidos e participantes.

Certos setores nos **Países Baixos** apresentam oportunidades mais acessíveis para atingir o grupo-alvo da iniciativa, nomeadamente: **Pescas, navegação**, transporte por vias navegáveis interiores<sup>93</sup>, defesa e segurança marítimas<sup>94</sup> e offshore<sup>95</sup>. **A pescas**, especificamente o trabalho num **arrastão pelágico**, parece viável, uma vez que requer apenas uma formação básica de segurança de alguns dias e um exame médico de saúde. O trabalho envolve o processamento das capturas a bordo, embora seja frequentemente possível "subir na carreira" para outros cargos a bordo, depois de ter começado como processador de peixe. **Transporte marítimo**, trabalho como **estivador** no porto. Este trabalho envolve a movimentação de mercadorias e

---

<sup>92</sup> Refere-se à construção de embarcações de recreio e desporto, estaleiros navais em geral e demolição, fabrico de instrumentos de navegação, instalação de máquinas e equipamentos industriais conexos.

<sup>93</sup> Trabalhar como imediato em embarcações de navegação interior não requer, normalmente, uma formação académica formal, embora a experiência prévia a bordo seja frequentemente preferida. Embora a experiência nem sempre seja necessária, várias iniciativas envolveram com sucesso o grupo-alvo da iniciativa na navegação interior, tornando esta opção uma via de emprego altamente adequada.

<sup>94</sup> Um emprego na Marinha também pode ser adequado. Exige um grau mínimo de VMBO Basis, uma visão relativamente boa e os candidatos devem ter entre 17 e 26 anos de idade. As exigências físicas são substanciais, mas os candidatos podem começar a trabalhar imediatamente enquanto obtêm diplomas e uma carta de condução, se necessário. Esta opção é ideal para quem está motivado para começar a trabalhar de imediato.

<sup>95</sup> No setor offshore, existem três posições de nível de entrada disponíveis sem requisitos de educação formal. Estas funções envolvem tarefas físicas em plataformas petrolíferas, parques eólicos ou plataformas de produção. A função de Roustabout Geral/Deckhand centra-se no levantamento, transporte e limpeza, exigindo apenas força física. A posição de Roustabout de Manutenção envolve a manutenção de equipamento; a progressão pode ocorrer a partir da função de Roustabout Geral ou diretamente a partir de experiência relevante de manutenção em terra. Por último, a função de Chefe de Fila/manobrista/tripulante de perfuração consiste em efetuar reparações e manutenção como parte da tripulação de perfuração, servindo como posição introdutória nas operações de perfuração.



paletes e a operação de uma empilhadora. Geralmente, os principais requisitos são a aptidão física, o bom trabalho em equipa e, por vezes, a posse de uma carta de condução válida.

Os setores da EA **portuguesa** com maior potencial para empregar jovens envolvidos no sistema de justiça são as **Pescas** e a **Aquicultura Marinha**. Ambos os setores requerem formação obrigatória. De acordo com o Decreto-Lei n.º 166/2019, os indivíduos que aspiram a trabalhar como marítimos devem cumprir critérios específicos, incluindo estar física e mentalmente aptos, certificados em segurança básica, qualificados para desempenhar as funções da categoria pretendida e registados na Administração Marítima. Estes setores podem atrair os jovens devido à elegibilidade para formação precoce aos 16 anos, à não exigência de um diploma académico, às oportunidades de progressão na carreira através de formação contínua, aos salários acima da média e aos programas de formação gratuitos disponíveis.

Para o setor **das pescas**, a hierarquia inclui oficiais, mestres e marinheiros, sendo que os jovens iniciam a sua carreira marítima na terceira categoria. No **setor da aquicultura marinha**, cursos como Colheita e Produção de Moluscos Bivalves e Malformações e Patologias em Espécies Aquícolas exigem que os alunos tenham pelo menos 18 anos de idade e adquiram competências digitais básicas<sup>96</sup>.

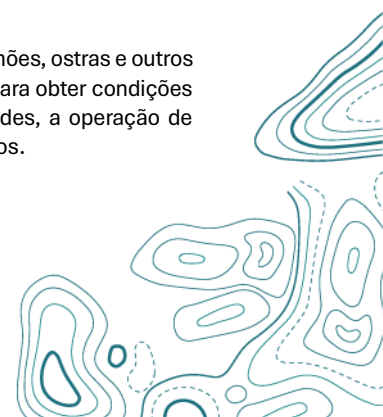
De acordo com o Instituto Nacional de Estatística<sup>97</sup>, no sudeste **da Roménia**, a indústria da construção naval destaca-se como um setor promissor para empregar jovens com envolvimento no sistema de justiça, com cinco estaleiros navais ativos. Além disso, **a pesca e a aquicultura** podem ser consideradas com base nas atividades do Delta do Danúbio e do Mar Negro, bem como nas atividades portuárias, que também aparecem como uma importante fonte de emprego na EA do país. A par destes setores, a região dispõe de destinos turísticos como a costa e o Delta do Danúbio, o que torna **o turismo costeiro e marinho** outra opção viável.

Independentemente das especificidades do setor, é crucial compreender os passos fundamentais necessários para garantir a integração bem-sucedida de jovens envolvidos na justiça em carreiras de EA de nível inicial. Consequentemente, com base na metodologia abrangente empregue na recolha de informações para este relatório, o Consórcio resumiu as principais etapas no seguinte 'Turning Blue – Guia para uma Carreira Azul'. Este guia inclui ainda uma lista concisa de fatores-chave, desenvolvidos em pormenor na pág. 45, que são essenciais para a implementação eficaz do guia.

---

<sup>96</sup> Nas profissões mencionadas, as tarefas diárias incluem a criação, reprodução e cultivo de peixes, mexilhões, ostras e outros animais marinhos para venda ou devolução aos habitats naturais, a monitorização dos espaços de vida para obter condições ótimas, a preparação dos produtos para distribuição, a reparação de equipamento de pesca, como redes, a operação de embarcações, o lançamento de iscos e a utilização de artes de pesca, e a distribuição ou venda de produtos.

<sup>97</sup> Instituto Nacional de Estatística (2023). *Equilíbrio da força de trabalho*.



## Guia Turning Blue para uma Carreira Azul



Figura 6. Guia Turning Blue para uma Carreira Azul

## Recomendações para uma Implementação Bem-sucedida do Guia

Com base nas sessões de consulta e nas reuniões realizadas com as partes interessadas relevantes, bem como no perfil dos jovens visados pela iniciativa, são feitas algumas recomendações para apoiar o processo de reintegração social dos jovens envolvidos no sistema judicial que iniciam uma carreira na EA, para além da Iniciativa Turning Blue.

### 1. Campanhas de sensibilização

Implementar campanhas específicas para reformular as perceções e contrariar os preconceitos contra os jovens envolvidos no sistema de justiça, assegurando que os empregadores permanecem abertos à contratação destes talentos. Ao mesmo tempo, sensibilizar os empregadores para o impacto social e empresarial que uma segunda oportunidade pode ter, promovendo uma reintegração social justa para as pessoas envolvidas no sistema judicial, bem como o desenvolvimento económico.

### 2. Programas de mentoria personalizados

Desenvolver programas abrangentes de mentoria, tanto nos estabelecimentos prisionais como nas empresas, que respondam aos desafios específicos deste grupo-alvo, promovendo a sua integração e crescimento na força de trabalho.

### 3. Alinhamento da formação profissional

Reforçar os programas de formação profissional nas instituições correcionais para os alinhar com os requisitos da indústria, facilitando a transição para a força de trabalho após a libertação.

### 4. Reforçar a cooperação intersetorial

Aumentar a cooperação intersetorial entre o setor da justiça penal e a EA.

### 5. Reforçar a rede Turning Blue

Reforçar e expandir a rede Turning Blue, promovendo a colaboração entre as partes interessadas que partilham o compromisso com a missão da iniciativa, assegurando uma comunidade coesa e solidária dedicada à integração e ao desenvolvimento de jovens envolvidos com a justiça na EA.

### 6. Incentivos fiscais e apoio financeiro ao emprego

Aplicar incentivos fiscais e regimes de apoio financeiro às empresas para encorajar o emprego de jovens envolvidos com a justiça.

### 7. Facilitar o contacto direto

Facilitar oportunidades presenciais para os jovens interagirem diretamente com profissionais da EA.

### 8. Estabelecer normas de formação a nível da UE

Colaborar a nível da UE para estabelecer um programa de formação comum, que permita aos jovens seguir carreiras na economia azul em todos os países da UE após a liberdade.



# Conclusão

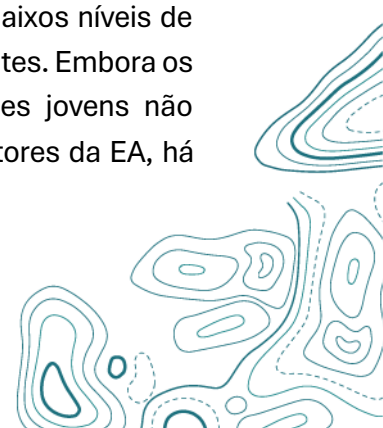
A **iniciativa Turning Blue** visa criar mecanismos de cooperação e materiais de formação sobre a **economia azul sustentável (EA) para inspirar e envolver jovens desfavorecidos em conflito com a lei** (entre os 16 e os 30 anos de idade) a seguirem uma "**carreira azul**" sustentável num dos setores da EA.

Através de uma **investigação documental** exaustiva, **de sessões de consulta e de reuniões** com as partes interessadas em Portugal, nos Países Baixos, na Roménia, no Chipre e em Itália, o consórcio conseguiu mapear os mercados nacionais de EA e identificar setores com potenciais oportunidades de emprego adequadas ao grupo-alvo, bem como analisar e identificar os conhecimentos e as competências necessários para que estes jovens tenham êxito na EA.

A EA europeia, atualmente uma pedra angular do crescimento económico, com cerca de 5,4 milhões de empregos, enfrenta desafios significativos para atrair os jovens para as carreiras marítimas, principalmente devido a um cenário de desemprego juvenil e de desinteresse educativo. Uma vez que a EA pretende duplicar as suas oportunidades de emprego até 2030, é **fundamental proporcionar oportunidades para integrar os jovens envolvidos na justiça no mercado de trabalho**, oferecendo-lhes um emprego significativo e uma oportunidade de reinserção social. Ao colmatar as lacunas de emprego em diferentes setores da EA, esta não só diversificará a sua força de trabalho, como também contribuirá para reduzir as taxas de reincidência e promover uma economia mais inclusiva.

Com base na análise do Consórcio, os setores da EA variam entre os países membros, abrangendo uma vasta gama de indústrias, no entanto, os setores da EA comuns a todos estes cinco países apresentam oportunidades significativas para envolver os jovens em conflito com a lei, nomeadamente: **pescas e aquicultura, serviços marítimos e turismo, transporte marítimo e atividades portuárias**. Estes setores oferecem diversas perspetivas de emprego de nível inicial, exigindo frequentemente qualificações mínimas que podem ser adquiridas através de cursos de formação de curta duração.

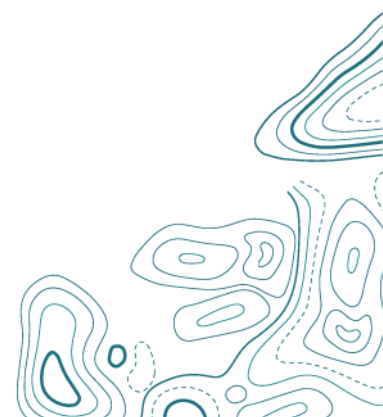
Os requisitos de competências destes setores, tal como destacados nos **Perfis de Competências Turning Blue**, são altamente relevantes, uma vez que o perfil dos jovens em conflito com a lei nos países do Consórcio revela desafios comuns. Muitos destes indivíduos enfrentam barreiras significativas, tais como histórias de insucesso escolar, baixos níveis de literacia, experiência de trabalho limitada e competências profissionais deficientes. Embora os programas educativos e de formação profissional destinados a apoiar estes jovens não forneçam atualmente as competências necessárias para a integração dos setores da EA, há



uma mudança para uma abordagem mais holística do desenvolvimento de competências e aptidões básicas transferíveis, que é crucial para o sucesso em todos os setores da EA.

O **Guia Turning Blue para uma Carreira Azul** desenvolvido descreve uma estratégia abrangente para permitir a integração bem-sucedida em carreiras azuis para jovens envolvidos na justiça. O guia salienta medidas essenciais, como **programas de formação adaptados** para colmatar a escassez de aptidões e competências gerais; **avaliações de competências** para identificar os pontos fortes e as áreas a desenvolver; **apoio à exploração de carreiras** através da correspondência entre empregos na indústria; **formação/estágio/trabalho** para facilitar a entrada em cargos ou estágios de nível inicial; e **orientação** e desenvolvimento profissional **contínuos** para garantir uma progressão sustentada na carreira, tanto durante o encarceramento como após a libertação.

O êxito da aplicação do guia dependerá também de várias estratégias fundamentais, muitas das quais serão abordadas ao longo da execução da iniciativa Turning Blue. Em primeiro lugar, é essencial uma **campanha de sensibilização** para combater o estigma em torno dos jovens envolvidos na justiça, promovendo uma perceção positiva e melhorando a sua empregabilidade; **programas de mentoria adaptados**, tanto antes como depois da libertação, que proporcionem apoio e orientação personalizados, assegurando um envolvimento e um crescimento profissional sustentados; **formação profissional** que se alinhe estreitamente com as necessidades da indústria e dote os jovens de competências relevantes; **o aumento da cooperação intersetorial** promove os esforços de colaboração entre as partes interessadas, aumentando os recursos e as oportunidades de progressão na carreira; **as iniciativas de apoio financeiro** facilitam as transições de emprego, oferecendo incentivos aos empregadores da EA para contratarem jovens que saem da prisão; o estabelecimento de **ligações presenciais entre os jovens e os empregadores da EA** cria redes e facilita a colocação no emprego, enquanto a **formação comum a nível da UE** promove a mobilidade e as oportunidades de carreira em diversos setores da EA, assegurando uma abordagem coesa do desenvolvimento e da integração da mão de obra.



# turning blue



Co-funded by  
the European Union

101124686

The European Commission support for the production of this publication does not constitute an endorsement of the contents which reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.

